



Turismo Favorecendo a Biodiversidade



*Um manual para a
aplicação das Diretrizes da
CDB para a Biodiversidade
e o Desenvolvimento do
Turismo*



PNUMA



Convention on
Biological Diversity





Comstock/Thinkstock

Publicado pelo Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica

ISBN: 92-9225-585-1 (versão impressa)

ISBN: 92-9225-585-X (versão eletrônica)

Copyright © 2015, Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica.

As denominações empregadas e a apresentação do conteúdo nesta publicação não implicam a expressão de qualquer opinião por parte do Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica com relação à condição legal de qualquer país, território, cidade ou área ou de suas autoridades ou com relação à delimitação de suas fronteiras ou limites.

As visões relatadas nesta publicação não representam necessariamente aquelas do Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica.

Esta publicação pode ser reproduzida para fins educativos ou não comerciais sem permissão especial dos detentores dos direitos autorais, desde que a citação da fonte seja feita. O Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica apreciaria receber uma cópia de qualquer publicação que utilize este documento como fonte.

Citação: Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (2015). Turismo favorecendo a Biodiversidade – Um manual para a aplicação das Diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo. Montreal, 56 páginas.

Para mais informações, por favor contate:

Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica

World Trade Centre

413 St. Jacques Street, Suite 800

Montreal, Quebec, Canada H2Y 1N9

Telefone: 1 (514) 288 2220

Fax: 1 (514) 288 6588

E-mail: secretariat@cbd.int

Website: www.cbd.int

Desenho e Diagramação: S4Carlisle Publishing Services

Foto de capa: © Fotos e ilustrações conforme especificadas.

Imagens da capa (da esquerda para a direita): Frente: Photodisc/Thinkstock; Ryan McVay/Lifesize/Thinkstock; Filipe Fortes/www.flickr.com/photos/fortes; Goodshot/Thinkstock; iStockphoto/Thinkstock

Turismo Favorecendo a Biodiversidade

*Um manual para a aplicação das Diretrizes da CDB
para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo*



Convention on
Biological Diversity

Índice

AGRADECIMENTOS	4
PREFÁCIO	5
INTRODUÇÃO	6
1. As diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo – Contexto, Objetivo e Utilização.....	8
1.1 A CDB, o turismo e as Diretrizes	9
1.2 Posicionando-se dentro de um contexto mais amplo de turismo sustentável.....	9
1.3 O objetivo e o conteúdo das Diretrizes.....	11
2. Turismo e Biodiversidade – Dimensões dessa Relação	12
2.1 Turismo, biodiversidade e desenvolvimento sustentável.....	13
2.2 O impacto do turismo sobre a biodiversidade.....	14
2.3 Contribuição para alcançar as Metas de Aichi.....	14
3. Política e Governança do Turismo e da Biodiversidade – uma Abordagem Integrada ..	15
3.1 Políticas governamentais e legislação nacionais	16
3.2 Engajando os principais atores interessados	16
3.3 Estruturas multissetoriais e processos participativos.....	19
4. A importância do levantamento sobre Turismo e Biodiversidade	20
4.1 A necessidade do levantamento de informações e o processo envolvido.....	21
4.2 O conjunto de informações necessárias	21
4.3 Fontes de informação	22
5. Formulação de Planejamentos para o Turismo e para a Biodiversidade.....	23
5.1 Estrutura nacional para um planejamento local.....	24
5.2 Preparando um planejamento local eficaz.....	24
5.3 Definindo visão, metas e objetivos	25
5.4 Principais resultados de um planejamento local.....	25



6.	Ferramentas para Controlar e Influenciar os Impactos do Turismo sobre a Biodiversidade.....	27
6.1	A gama de instrumentos possíveis.....	28
6.2	Regulamentações e seu cumprimento.....	28
6.3	Instrumentos voluntários.....	29
6.4	Instrumentos econômicos.....	31
7.	Notificação de Projetos Turísticos e Avaliação de seus Impactos	32
7.1	Comunicação prévia e notificação dos projetos de turismo.....	33
7.2	Requisitos, Conteúdo e Procedimentos do Estudo de Impactos Ambientais ..	33
7.3	Tomada de decisões em projetos de turismo	35
8.	Iniciativas de Gestão para Apoiar a Biodiversidade por meio do Turismo	36
8.1	Dimensões e Objetivo do processo de gestão.....	37
8.2	Trabalhando com empresas de turismo para apoiar a conservação.....	37
8.3	Gestão de Visitantes e Benefícios à Conservação	38
8.4	Trabalhando com as comunidades locais para apoiar a conservação	39
9.	Monitoramento, Elaboração de Relatórios e Gestão Adaptável dos Impactos do Turismo sobre a Biodiversidade.....	40
9.1	O que precisa ser monitorado?	41
9.2	O processo de monitoramento e de elaboração de relatórios	41
9.3	A necessidade de flexibilidade e adaptação	42
10.	Sensibilização e capacitação para o Turismo e a Biodiversidade.....	43
10.1	Sensibilização sobre os problemas de biodiversidade por meio do turismo	44
10.2	Capacitação e mobilização de recursos	45
11.	Elaboração de Relatórios sobre Turismo e Biodiversidade e a Aplicação das Diretrizes	47
	NOTAS	49
	REFERÊNCIAS	53



Agradecimentos

Autores principais: Richard e Jackie Denman (The Tourism Company).

Gestão de Projetos: Monica Kobayashi e Oliver Hillel (Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica)

Gostaríamos de reconhecer as valiosas contribuições e revisões dos seguintes especialistas:

Alejandro Argumedo, Diretor Executivo, Asociacion ANDES, Peru; Andrea Cruz, Gestora, SEMARNAT, México; Anna Spenceley, Presidente, Grupo de Especialistas em Turismo e Áreas de Proteção, IUCN, África do Sul; Ariane Janér, Diretora, Bromelia Consult, Brasil; Barbara Engels, Diretora, BfN, Alemanha; Deirdre Shurland, Helena Rey e Charles Arden-Clarke, Especialistas em turismo e consumo sustentável, Divisão de Tecnologia, Indústria e Economia (DTIE) da PNUMA, França; Dorothy Queiros, Coordenadora, University of South Africa, África do Sul; Francis Vorhies, Diretor Executivo, Earthmind, França; Jamie Sweeting, Vice-Presidente de Sustentabilidade na G Adventures e Presidente da Planeterra Foundation, Estados Unidos; Jane Ashton, Diretora de Turismo Sustentável, TUI Travel, Reino Unido; Jennifer Seif, Diretora Executiva, Fair Trade Tourism, África do Sul; Jose Koechlin, Fundador e Presidente, Inkaterra Group, Peru; Giulia Carbone, Vice-diretora, IUCN, Suíça; Klaus Lengefeld e Manuel Bollmann, Especialistas em Turismo, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ), Alemanha; Marion Hammerl e Herbert Hamele, especialistas em turismo, ECOTRANS e.V., Alemanha; Mark Watson, Diretor Executivo, Tourism Concern, Reino Unido; Megan Epler Wood, CEO, EplerWood International, Estados Unidos; Neill Sperath, Fundadora e Diretora da TIME Unlimited Tours, Nova Zelândia; Netsai Sibanda, gestora, Fair Trade Tourism, África do Sul; Olivia Ruggles-Brise, the World Travel and Tourism Council, Reino Unido; Nicola Breier, Chefe de Divisão, Ministério do Meio Ambiente, Conservação da Natureza e Segurança Nuclear, Alemanha; Paul Eshoo, Conselheiro, especialista em turismo, Wildlife Conservation Society, Estados Unidos; Peter Dogse, Diretor de Planejamento, UNESCO, França; Randy Durband, Diretora Executiva, Conselho Global para Turismo Sustentável (GSTC, na sigla em inglês), Estados Unidos; Richard Tapper, Diretor Executivo, Environment Business and Development Group, Reino Unido; Robyn Bushell, Professor Associado, University of Western Sydney, Austrália; Ronald Sanabria, Vice-Presidente, Rainforest Alliance, Costa Rica; Sofía Gutiérrez, Vice-Diretora, Programa de Desenvolvimento Sustentável do Turismo, Organização Mundial do Turismo (OMT) das Nações Unidas, Espanha; Swathi Seshadri, coordenadora, Equations, Índia; Thomas Meller, CEO, Soluciones Sostenibles, México.

Esta publicação, incluindo as consultas relacionadas e a validação do conteúdo em eventos paralelos ao 12º Encontro da Conferência das Partes para a Convenção sobre Diversidade Biológica (COP 12/CDB), tornou-se possível graças ao apoio do Governo Federal da Alemanha.



Ministério do Meio Ambiente,
Conservação da Natureza e
Segurança Nuclear da Alemanha

Prefácio

A biodiversidade e o turismo sustentável estão interligados. Um ambiente natural saudável e funcionando adequadamente é uma importante atração turística e ajuda a elevar a consciência do valor intrínseco da natureza para todos nós. Muitos dos temas da Convenção sobre Diversidade Biológica tendem a afetar o setor do turismo, e o progresso feito na redução da pegada social e ambiental do setor tem aumentado sua contribuição para a preservação da natureza. De fato, o turismo contribui para o cumprimento de ao menos 12 das 20 Metas de Aichi, e se baseia em esforços realizados previamente para obtermos economias e ecossistemas mais sustentáveis.



Isso foi confirmado em setembro de 2014 pela Trajetória de SAMOA, o documento final da terceira Conferência Internacional sobre Pequenos Estados-Ilha em Desenvolvimento, que reconheceu que o turismo sustentável representa um importante gerador de crescimento econômico sustentável e de empregos para os pequenos Estados-ilha em desenvolvimento. Isso foi reiterado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em novembro de 2014, quando reconheceu-se a importância de se promover o turismo sustentável, incluindo o ecoturismo, para a erradicação da pobreza e para a proteção do meio ambiente.

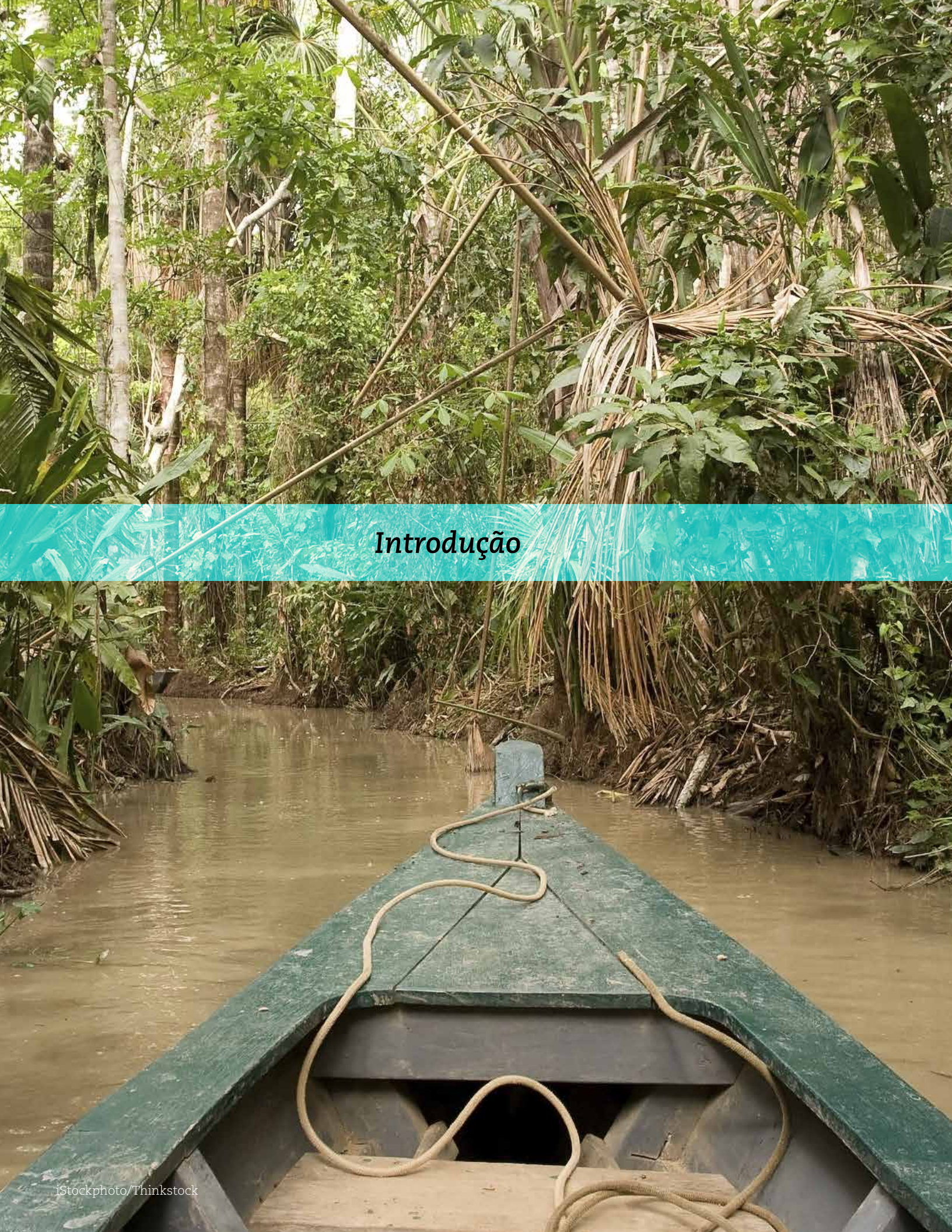
Países em desenvolvimento são os “guardiões” da vasta maioria da biodiversidade da Terra, e isso oferece vantagem competitiva ao setor de turismo desses países. O turismo foi identificado como um setor prioritário para o desenvolvimento da vasta maioria dos países menos desenvolvidos e dos pequenos Estados-Ilha em desenvolvimento, e tem sido o principal responsável pelo desenvolvimento de tais países, como Botswana, Cabo Verde e Maldivas. Em termos de volume de turismo, de acordo com a Organização Mundial do Turismo, as viagens com destino a países em desenvolvimento cresceram duas vezes mais rápido do que aquelas para países desenvolvidos, uma tendência que deve continuar. As viagens entre países em desenvolvimento, aproximadamente 47% do volume total em 2011, devem crescer para 60% em 2030.

Entretanto, a maior contribuição do turismo sem dúvida é abrir mentes para as maravilhas da natureza. Todos os anos, milhões de visitantes e turistas fazem questão de ver e vivenciar as maravilhas que a natureza tem a oferecer. Os visitantes podem, entre outras coisas, maravilhar-se com a beleza natural dos recifes de corais e das zonas úmidas, desfrutar do prazer de observar os pássaros e de ver outros animais selvagens, e vivenciar em primeira mão a beleza inerente às florestas tropicais. Como o filósofo francês Michel Serres observou certa vez: “Não há viagem sem aprendizado, e não há aprendizado sem viagem”.

Recentemente, várias decisões que emanaram da revisão intercalada da execução do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 no 12º Encontro da Conferência das Partes, realizada na República da Coreia, reforçaram o importante papel que o turismo cumpre e exigiram a continuação da aplicação das Diretrizes da Convenção. Eu gostaria de agradecer ao Governo da Alemanha por reconhecer a necessidade desta oportuna publicação, e convoco todas as Partes, parceiros regionais e organizações a utilizar essa e outras ferramentas para elevar as contribuições do setor de turismo para a realização do Plano Estratégico para a Biodiversidade e para o cumprimento das Metas de Aichi.

A stylized, handwritten signature in black ink.

Braulio Dias
Secretário-Executivo, Convenção sobre Diversidade Biológica

A photograph of a narrow river or canal flowing through a dense tropical forest. The water is murky brown. In the foreground, the green-painted bow of a boat is visible, with several coiled ropes. The banks are covered in thick vegetation, including palm trees and other tropical plants. A semi-transparent teal banner is overlaid across the middle of the image.

Introdução

Este Manual fornece informações para planejadores, empreendedores, gestores e decisores envolvidos com o desenvolvimento do turismo e com a gestão de recursos em áreas de biodiversidade suscetível. A finalidade é ajudá-los a integrar o desenvolvimento do turismo sustentável com os serviços ecossistêmicos e os cuidados com a biodiversidade. Seu principal alvo são as autoridades públicas e outras instituições em condição de influenciar os impactos do turismo, sendo também relevante a possíveis empreendedores de projetos turísticos.

O Manual foi preparado como resultado das decisões tomadas pelas Partes para a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) em 2012 (COP 11) e futuramente aprimorado em 2014 (COP 12) a fim de aprofundar o conteúdo para melhor pautar a integração da biodiversidade ao desenvolvimento do turismo sustentável.

O Manual é baseado nas **Diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo**. Entretanto, ele também reflete uma perspectiva mais ampla sobre abordagens e experiências em desenvolvimento e gestão do turismo sustentável.¹

Com ênfase em gestão e governança, ele complementa o documento de natureza mais técnica “Manual do Usuário sobre as Diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo”, publicado em 2007.²

Esta publicação está disponível como um documento em PDF em: **Um manual sobre a aplicação das Diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo**.³



Capítulo 1

As diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo – Contexto, Objetivo e Utilização

Os seguidores das Diretrizes para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo devem estar cientes de sua origem, objetivo e conteúdo, e de como elas estão relacionadas a um contexto mais amplo de políticas internacionais, iniciativas e materiais sobre turismo sustentável.

1.1 A CDB, o turismo e as Diretrizes

Por muitos anos, a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) reconheceu o turismo como um tema importante para a biodiversidade, como uma força positiva para a conservação, mas também como uma fonte de vários impactos negativos se não gerido eficientemente e monitorado rotineiramente.

Em 1999, a Conferência das Partes (COP) para a CDB concordou em incluir o turismo em uma análise abrangente sobre o uso sustentável da biodiversidade. Em 2001, isso se uniu a um convite da Comissão sobre Desenvolvimento Sustentável para preparar diretrizes internacionais para atividades relacionadas ao desenvolvimento do turismo sustentável em ecossistemas vulneráveis. Depois de um longo período de elaboração, workshops e consultas envolvendo uma ampla gama de atores interessados, o documento final das Diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo foi endossado pela COP7/CDB em 2004.

As Diretrizes permanecem como um pilar central da contribuição da CDB para abordar os diversos impactos do turismo sobre a biodiversidade. Os encontros subsequentes da Conferência das Partes têm exigido uma melhor aplicação das Diretrizes.

Na COP10, em Nagoia, Japão, no parágrafo 20 da decisão X/20 sobre a Cooperação com outras convenções e organizações e iniciativas internacionais, a Conferência das Partes solicitou à Secretaria-Executiva que continue a colaboração com a Organização

Mundial do Turismo, inclusive em uma revisão da aplicação das Diretrizes sobre Biodiversidade e Desenvolvimento do Turismo.

Na COP11, em Hyderabad, Índia, no parágrafo 48 da decisão XI/6, a Conferência das Partes decidiu revisar a aplicação das Diretrizes sobre Biodiversidade e Desenvolvimento do Turismo em seu 12º Encontro, a fim de melhorar, entre outras coisas, o fornecimento de ferramentas atualizadas e inovadoras sobre gestão sustentável do turismo às Partes e aos setores interessados e a fim de acentuar sua contribuição para o Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020.

Na COP12, em Pyeongchang, República da Coreia, decisão XII/11, a Conferência das Partes reconheceu a relevância em curso das Diretrizes. Além de sua aplicação geral, ela exigiu seu uso em projetos demonstrativos em hotspots de turismo e conservação. Ela também solicitou a facilitação da elaboração voluntária de relatórios pelas Partes a respeito da aplicação das Diretrizes.

Além das Diretrizes, o Secretariado da CDB dedicou-se a uma variedade de temas relacionados ao turismo e à biodiversidade, que têm atraído a atenção das Partes e de outros interessados. Informações relevantes sobre turismo e biodiversidade disponibilizadas à COP12 e aos encontros anteriores da COP, juntamente com as decisões tomadas, podem ser encontradas em <http://www.cbd.int/cop>.

1.2 Posicionando-se dentro de um contexto mais amplo de turismo sustentável

O compromisso da CDB com o turismo e o uso das Diretrizes constitui apenas uma parte de um movimento internacional mais amplo para promover e melhorar a sustentabilidade do setor de turismo. O impacto do turismo sobre a biodiversidade deve ser visto como um elemento de uma gama de impactos ambientais, socioculturais e econômicos inter-relacionados. Muitas pastas, programas, iniciativas e ferramentas destinadas ao desenvolvimento sustentável e à gestão de recursos podem afetar direta e indiretamente a relação entre o turismo e a biodiversidade.

Os seguidores das Diretrizes devem estar cientes das iniciativas globais, do conhecimento e dos materiais

relevantes relacionados ao turismo sustentável, os quais são citados ao longo deste Manual. Embora se note que a lista abaixo não é abrangente nem completa, chama-se a atenção para trabalhos relevantes realizados por vários parceiros da CDB:

Consumo e produção sustentáveis do turismo

O painel, com duração de 10 anos, de programas sobre padrões de consumo e produção sustentáveis (10YFP, na sigla em inglês) inclui um Programa de Turismo Sustentável específico, conduzido pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e secundariamente pelos Governos da França, Marrocos e República da Coreia, e apoiado pelo

PNUMA na forma do Secretariado do 10YFP. O programa apoia a cooperação entre as partes interessadas para o desenvolvimento e para a implementação de inovações e de boas práticas no planejamento de um turismo de baixo carbono e eficiente no uso de recursos, reduzindo a perda de biodiversidade, conservando os ecossistemas, preservando o patrimônio cultural, mitigando a pobreza, beneficiando os meios de vida sustentáveis e adaptando-se à realidade das mudanças climáticas.⁴

Empreendimentos turísticos sustentáveis

A OMT preparou uma gama de publicações de políticas e de materiais de assessoramento sobre turismo sustentável que têm uma relevância direta ou indireta para a biodiversidade. Eles incluem trabalhos sobre o turismo como ferramenta de desenvolvimento sustentável, indicadores, turismo e mitigação da pobreza, turismo em Estados-Ilha em desenvolvimento (EID), turismo costeiro, e questões mais específicas sobre turismo e biodiversidade. O PNUMA desenvolveu uma série de publicações sobre empreendimentos e operações turísticas em ambientes sensíveis tais como litoral, desertos, montanhas e florestas tropicais.^{5,6}

Em dezembro de 2014, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a resolução 69/233 sobre a promoção do turismo sustentável, inclusive do ecoturismo, para a erradicação da pobreza e a proteção do meio ambiente, chamando a atenção para as oportunidades apresentadas pelo turismo sustentável, incluindo a conservação, a proteção e o uso sustentável da biodiversidade.

A resolução, significativamente mais ampla em escopo do que as anteriores sobre o assunto, baseia-se em uma resolução de 2012 da Assembleia Geral sobre ecoturismo e recorre a um relatório preparado pela OMT. Em consonância às recomendações da OMT, ela salienta a importância de políticas, diretrizes e regulamentações nacionais apropriadas para promover o turismo sustentável, incluindo o ecoturismo, e encoraja os Estados-Membro das Nações Unidas e as instituições financeiras regionais e internacionais a apoiar projetos de turismo sustentável, permitindo a criação de pequenas e médias empresas, promovendo cooperativas e facilitando o acesso a serviços financeiros inclusivos, entre eles iniciativas de microcrédito para as comunidades locais pobres e para os povos indígenas.

Turismo em áreas protegidas designadas

Muito trabalho foi feito nesse campo, incluindo iniciativas e programas específicos, licenças de turismo sustentável, e materiais de pesquisa e de assessoramento. A Comissão Mundial sobre Áreas Protegidas da União Internacional para a

Conservação da Natureza (IUCN, na sigla em inglês) estabeleceu um Grupo de Especialistas sobre Turismo e Áreas Protegidas (Grupo TAPAS, na sigla em inglês) que promove o desenvolvimento do conhecimento e a capacitação.^{7,8}

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) tem um Programa de Turismo Sustentável em Sítios de Patrimônio Cultural, vem se dedicando à implementação das Diretrizes da CDB dentro da Rede Mundial de Reservas da Biosfera,⁹ e estabeleceu um conjunto de ferramentas para o turismo sustentável em Sítios de Patrimônio Cultural.^{10,11}

As ferramentas que orientam as concessões de serviços turísticos em áreas protegidas foram produzidas pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) para os gestores de áreas protegidas¹² e pelo Grupo Banco Mundial para os profissionais que os assessoram.

Sustentabilidade dos empreendimentos turísticos

Vários organismos setoriais, internacionais e das Nações Unidas estão promovendo a sustentabilidade no projeto e na operação de empreendimentos turísticos específicos. Por exemplo, o Programa “Negócios e Biodiversidade”, da IUCN, produziu diretrizes sobre o uso sustentável da biodiversidade em operações hoteleiras e de resorts.¹³

Padrões e certificação do turismo sustentável

O Conselho Global de Turismo Sustentável (GSTC, na sigla em inglês), apoiado por uma gama de organismos internacionais, estabeleceu padrões de turismo sustentável para as empresas de turismo e para os destinos turísticos. Esses padrões incluem critérios sobre biodiversidade. O Conselho está também credenciando sistemas de certificação que adotam esses padrões.¹⁴ Para mais detalhes, ver Seção 6.

DestiNet, um portal independente apoiado pela Comissão Europeia e registrado oficialmente como um “Parceiro para o Desenvolvimento Sustentável” das Nações Unidas, oferece um inventário abrangente dos programas de certificação mundiais. Embora possa não listar todas as iniciativas, ele é atualizado regularmente.¹⁵

Turismo e mudanças climáticas

Estratégias e ações de mitigação e de adaptação às mudanças climáticas, no contexto dos destinos e dos empreendimentos turísticos, possuem importantes implicações diretas e indiretas para a biodiversidade. O PNUMA/OMT, a OCDE e outras agências têm se dedicado a vários estudos e iniciativas nesse campo.^{16, 17, 18}

Além da contribuição da UNESCO no âmbito da Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial e do Programa Homem e Biosfera, como mencionado acima, várias outras convenções relacionadas à biodiversidade também estão promovendo o turismo sustentável. Nesse sentido, a Convenção sobre a Conservação de Espécies Migratórias de Animais Silvestres (CMS, na sigla em inglês) publicou um livro de referência: “A observação *in loco* da vida selvagem e o Turismo – um estudo sobre os benefícios e os riscos de uma atividade turística em rápida expansão e seus impactos sobre as espécies”.¹⁹

Na COP14, um documento sobre a observação *in loco* da vida selvagem por meio de embarcações foi distribuído.²⁰

A Convenção de Ramsar sobre Zonas Úmidas, baseando-se nas Diretrizes da CDB, adotou a Resolução XI/7 sobre turismo, recreação e zonas úmidas em 2012.²¹

No âmbito regional, a Convenção-Quadro para a Proteção e o Desenvolvimento Sustentável dos Cárpatos adotou em maio de 2011 o Protocolo sobre Turismo Sustentável, seguido por uma Estratégia e uma compilação de boas práticas.²²

1.3 O objetivo e o conteúdo das Diretrizes

O objetivo declarado das Diretrizes da CDB é fazer com que “o turismo e a biodiversidade se apoiem mutuamente, envolvendo o setor privado e as comunidades locais e os povos indígenas, e promovendo o planejamento da infraestrutura e do uso da terra com base nos princípios de conservação e de uso sustentável da biodiversidade”.

As Diretrizes são relevantes para todos os empreendimentos turísticos, onde quer que estejam. Para ser sustentável, o turismo deve estar sempre preocupado com qualquer impacto potencial sobre a diversidade. Entretanto, como uma prioridade, elas devem ser aplicadas em locais com habitats terrestres e marinhos significativos, estejam eles ou não no interior de áreas protegidas.

As diretrizes fornecem orientação sobre duas atividades-chave relacionadas:



Observação *in loco* da vida selvagem por meio de embarcações. Quando a observação *in loco* da vida selvagem é gerida cuidadosamente, as receitas geradas podem beneficiar a conservação de espécies-alvo. Entretanto, a exposição excessiva a embarcações de observação *in loco* pode levar a mudanças no comportamento dos animais, com consequências negativas, tais como a emigração e uma reprodução reduzida ou mesmo diminuição da população. Crédito: iStockphoto/Thinkstock.

Desenvolver e implementar políticas, estratégias e planos diretores ou locais afins para o desenvolvimento do turismo de um modo que leve plenamente em conta a biodiversidade e suas necessidades.

Avaliar, controlar e influenciar propostas e projetos específicos de empreendimentos turísticos e seus parceiros financeiros e técnicos, no que diz respeito ao seu impacto sobre a biodiversidade.

As Diretrizes enfatizam a importância do engajamento das partes interessadas. Elas estabelecem uma abordagem sistemática para o planejamento, a avaliação de projetos e a gestão. Isso inclui a coleta de informações delinha de base, a definição de metas e objetivos, o estabelecimento de ferramentas de gestão e de controle relevantes, o estudo de impactos, o engajamento na gestão, o monitoramento de resultados e a adaptação. Este Manual fornece uma orientação prática sobre como seguir essa abordagem.



Capítulo 2

Turismo e Biodiversidade – Dimensões dessa Relação

Ao aplicar as Diretrizes, é necessário entender os diferentes sentidos e dimensões do impacto do turismo sobre a biodiversidade.

2.1 Turismo, biodiversidade e desenvolvimento sustentável

O turismo é um fenômeno social, cultural e econômico que acarreta o movimento de pessoas a países ou locais diferentes do seu ambiente usual para fins pessoais ou profissionais/empresariais.²³ O turismo responde por 9% do produto interno bruto mundial e por 6% das exportações e contribui (direta ou indiretamente) com um em cada 11 empregos. Ele está crescendo rapidamente. Em 2013, 1,087 bilhão de turistas internacionais viajaram pelo mundo, gerando US\$1.4 trilhões em exportações. A OMT prevê que os desembarques internacionais crescerão a uma média de 3,3% ao ano até 2030, com crescimento ainda mais acelerado na África, Ásia/Pacífico e América Latina, os quais possuem muitos dos destinos com patrimônios naturais mundiais. Uma tendência observada em mercados emissores mais consolidados, especialmente na Europa e na América do Norte, tem sido no sentido de aventuras de baixo risco e de vivências autênticas e transformadoras, o que frequentemente inclui um componente de visitas a áreas naturais e de observação da vida selvagem. Informações atualizadas sobre o desempenho do turismo são disponibilizadas pela OMT.²⁴

Diversidade biológica significa a variabilidade entre os organismos vivos de todas as origens, incluindo ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos, e os complexos ecológicos dos quais eles fazem parte; isso inclui a diversidade dentro das espécies, entre as espécies, e de ecossistemas. Em termos simples, ela pode ser descrita como a diversidade da vida na Terra. As principais tendências da biodiversidade estão descritas na quarta edição do Panorama da Biodiversidade Global (GBO-4, na sigla em inglês), publicado pelo Secretariado da CDB e pelo PNUMA na COP12.²⁵ O relatório destaca o progresso satisfatório no sentido de atingir as metas a respeito de áreas protegidas, de acesso e repartição de benefícios, e de estratégias e planos de ação nacionais para a biodiversidade (NBSAPs, na sigla em inglês). Entretanto, esforços adicionais significativos são necessários para cumprir os objetivos do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020,²⁶ e para atingir muitas das Metas de Aichi.²⁷

Os dados relativos à visitação e ao turismo em áreas protegidas representam uma parte básica das informações necessárias para entender quão eficazes o envolvimento das partes interessadas e das comunidades, os fluxos de receitas e os mecanismos de retribuição financeira (*payback*) podem ser. Entretanto, ter informações sobre a magnitude global de visitação é insuficiente, como também notado pelas Partes na COP12 quando elas convidaram os governos, com o apoio de parceiros importantes, a monitorar e revisar as atividades de recreação, de visitas e outras

atividades turísticas em áreas protegidas bem como os impactos e os processos de gestão pertinentes em áreas ecologicamente sensíveis, e a compartilhar os resultados adequadamente. Fazendo uma estimativa com os dados existentes, um estudo publicado em fevereiro de 2015 compilou um banco de dados mundialmente representativo das visitas a áreas protegidas e construiu modelos para prever as taxas de visitação. Os resultados sugerem que, conjuntamente, as áreas protegidas listadas no Banco de Dados Mundial de Áreas Protegidas da IUCN recebem aproximadamente 8 bilhões de visitas ao ano (8 vezes o número total de desembarques internacionais de acordo com a OMT), o que resultou em até US\$ 600 bilhões em gastos no país e US\$250 bilhões em excedente do consumidor.²⁸

Enquanto as informações acima se relacionam à tendência global, a situação do turismo e da biodiversidade em um âmbito local variará significativamente entre os destinos. As Diretrizes enfatizam a necessidade de se obter dados locais satisfatórios, tal como abordado posteriormente na Seção 4.

As Diretrizes advogam por uma “abordagem ecossistêmica” para planejamentos envolvendo turismo e biodiversidade.²⁹ Essa é uma abordagem que envolve a gestão integrada da terra, da água e dos recursos vivos e que promove a conservação e o uso equitativo de um modo sustentável. Ela reconhece que o turismo é dependente de ecossistemas saudáveis e que estejam funcionando adequadamente.

Essa abordagem está de acordo com o conceito regularmente utilizado de turismo sustentável, que “leva plenamente em conta seus impactos econômicos, sociais e ambientais atuais e futuros, atendendo as necessidades dos visitantes, do setor, do meio ambiente e das comunidades hospedeiras”. A diversidade biológica tem sido reconhecida como um dos 12 objetivos inter-relacionados do turismo sustentável, junto a outros que tratam de uma gama de impactos econômicos, sociais e ambientais.³⁰

Proporcionar aos turistas uma vivência da natureza pode ser visto como um serviço ecossistêmico básico, beneficiando não apenas os próprios visitantes, mas também muitos outros que podem ganhar com esse processo, incluindo as empresas de turismo, os povos indígenas e as comunidades locais, e os interesses conservacionistas. O Pagamento por Serviços Ecossistêmicos (PSE) ganhou amplo reconhecimento como uma abordagem significativa, com implicações pronunciadas para o empreendimento, a gestão e o planejamento turísticos³¹, e sustenta trabalhos sobre a economia dos ecossistemas e da biodiversidade.³²



Quadro 1: Estudo de Escopo da TEEB na Geórgia

A Economia de Ecossistemas e da Biodiversidade (TEEB, na sigla em inglês) é uma iniciativa global focada em chamar a atenção para os benefícios econômicos da biodiversidade, incluindo o custo crescente da perda de biodiversidade e da degradação dos ecossistemas. A TEEB apresenta uma abordagem que pode ajudar os decisores a reconhecer, demonstrar e apreender os valores dos serviços ecossistêmicos e da biodiversidade. A Geórgia foi um dos países-piloto selecionados para a implementação da Iniciativa TEEB em 2011. Um estudo de escopo identificou o turismo como um dos cinco setores centrais da economia da Geórgia relevantes à Iniciativa TEEB, sendo os outros a energia, a agricultura, a mineração e a silvicultura. O estudo ressaltou a dependência substancial dessas forças-motrizas da economia da Geórgia em relação ao capital natural e aos serviços que ele oferece. Embora reconheça os benefícios econômicos positivos do turismo, o estudo também identificou vários impactos adversos do turismo sobre os ecossistemas, incluindo a perda de hábitat devido à ocupação de terras, à produção de lixo e aos impactos na qualidade da água. Além disso, alguns desses efeitos adversos sobre a biodiversidade podem também afetar negativamente a vivência do turista (p.e. esgoto não tratado afetando a qualidade das águas balneares; disposição não regulada de resíduos implicando lixo plástico em locais naturais que, de outra maneira, estariam imaculados). Um estudo da TEEB sobre turismo sustentável na Geórgia foi proposto para melhor embasar o planejamento e o desenvolvimento do turismo (zoneamento, gestão de áreas protegidas) e para identificar oportunidades e ameaças ao turismo sustentável em longo prazo.³³

2.2 O impacto do turismo sobre a biodiversidade

O turismo e a biodiversidade possuem uma relação simbiótica. Ela pode ser de fortalecimento recíproco e ser tanto positiva quanto negativa. Por exemplo, a contribuição da biodiversidade ao apelo provocado por certos destinos pode ocasionar pressões adicionais dos visitantes, mas também mais apoio para a conservação.

Os principais aspectos da relação entre turismo e biodiversidade podem ser resumidos da seguinte maneira:³⁴

Negativos:

A pressão sobre habitats, levando à perda de biodiversidade, por conta de atividades, operações e empreendimentos turísticos mal localizados, projetados ou geridos;

As ameaças diretas a espécies específicas, por exemplo por conta de atividades recreativas, do uso para itens alimentícios, lembranças ou outro comércio, ou por conta da competição com espécies exóticas invasoras introduzidas por meio de atividade turística;

O desmatamento local para o desenvolvimento da infraestrutura de turismo;

O turismo afetando outras condições ambientais que podem impactar negativamente a biodiversidade como, por exemplo, a disposição do lixo, o consumo de água e a poluição ou as emissões de gases do efeito estufa, contribuindo para as mudanças climáticas;

A diminuição dos fluxos de turistas devido ao estado degradado ou à perda de biodiversidade.

Positivos:

O reconhecimento da enorme importância de paisagens encantadoras e de uma rica biodiversidade para as economias turísticas, sustentando argumentos políticos e econômicos para a conservação e para a concessão de recursos;

O desenvolvimento e a operação de produtos turísticos baseados na natureza, fornecendo receitas e outros auxílios para a conservação da biodiversidade;

Fornecer incentivos diretos às comunidades, por meio das receitas do turismo, para reduzir as ameaças e para manter ou aumentar as populações de importantes animais selvagens e os índices de biodiversidade;

O turismo ensinando e conscientizando os visitantes sobre as questões relativas à conservação e à biodiversidade;

Apoio aos meios de subsistência e à diversidade cultural das comunidades locais e dos povos indígenas em virtude de o turismo proporcionar uma alternativa às atividades não sustentáveis e por sensibilizar e conscientizar sobre questões relativas à conservação.

Um entendimento dessas relações deveria estar por trás dos processos de coleta de dados, de análise e de gestão empregados para seguir as Diretrizes.

2.3 Contribuição para alcançar as Metas de Aichi

O Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020³⁵ mencionado anteriormente fornece contexto adicional para as Diretrizes. Foi demonstrado³⁶ que planejamento e ações turísticas eficazes podem contribuir para atingir ao menos 12 das Metas de Aichi³⁷ contidas no plano. Para algumas Metas (5, 8, 9, 10 e 12), isso diz respeito principalmente a maior controle e gestão para reduzir danos à biodiversidade por conta do turismo. Para outras (1, 11, 15, 18 e

20), isso diz respeito à busca de contribuições positivas do turismo às áreas protegidas, à restauração dos habitats, ao engajamento das comunidades, à mobilização de recursos e à conscientização sobre a biodiversidade. Uma dimensão adicional é a melhor integração da biodiversidade e da sustentabilidade nas políticas de desenvolvimento e nos modelos empresariais que incluem o turismo, favorecendo assim as Metas 2 e 4 de Aichi.



Capítulo 3

Política e Governança do Turismo e da Biodiversidade – uma Abordagem Integrada

As Diretrizes enfatizam a necessidade de uma abordagem multissetorial e participativa, com a coordenação das diferentes políticas e dos diferentes interesses que podem influenciar a relação entre o turismo e a biodiversidade.³⁸

3.1 Legislação e políticas governamentais nacionais

As políticas de turismo em âmbito nacional devem endossar e adotar os princípios e os objetivos do turismo sustentável. Especificamente, isso inclui reconhecer a importância da biodiversidade como uma atração para os visitantes, a necessidade de abordar os impactos negativos do turismo sobre a biodiversidade e a oportunidade para apoiar a conservação por meio do turismo. Os planos diretores de turismo, que podem levar em consideração a natureza e a localização dos empreendimentos turísticos, devem prestar atenção particular às áreas onde a biodiversidade pode ser vulnerável e devem apoiar uma abordagem cuidadosa e bem planejada para o turismo em tais áreas, que siga rigorosamente as Diretrizes.

As políticas para o meio ambiente e para os recursos naturais devem reconhecer igualmente os impactos negativos e positivos do turismo sobre a biodiversidade. Particularmente, as Estratégias e Planos de Ação Nacionais para a Biodiversidade devem fazer referência explícita ao turismo como uma atividade que exige gestão e planejamento sólidos e como uma oportunidade para gerar apoio à conservação.

Outros setores que precisam refletir as questões relativas à biodiversidade no contexto do planejamento sustentável do turismo podem incluir aquelas de

desenvolvimento econômico, finanças, erradicação da pobreza, transporte, desenvolvimento urbano, cultura, agricultura, silvicultura e pesca.

Além do alinhamento das políticas, a existência de uma legislação eficaz e pertinente de concessão de autorizações para o turismo sustentável deve ser abordada. A legislação deve também fornecer uma base robusta para um planejamento e um controle eficazes do território e para o uso de outros instrumentos como reconhecido a seguir, na Seção 6.

As exigências acima serão facilitadas por meio de uma coordenação e de um diálogo fortalecidos entre os vários departamentos, ministérios e agências governamentais responsáveis pelas pastas mencionadas.³⁹ Encontros regulares entre eles para abordar o turismo sustentável, inclusive a biodiversidade, devem ser realizados. Isso deve também se vincular a estruturas setoriais mais amplas como mencionado abaixo.

É importante que a coordenação das políticas esteja integrada verticalmente entre todos os níveis de governo. Isso inclui a consolidação ou o desenvolvimento de políticas em um âmbito subnacional (p.e., em regiões, estados e províncias) e *in loco* em um âmbito local.

3.2 Engajando os principais atores interessados

A importância de engajar vários elementos dos governos nas ações que se relacionam com o turismo e com a biodiversidade fica clara a partir da discussão acima sobre a coordenação das políticas. Entretanto, há também uma necessidade muito significativa de envolver todas as partes interessadas.

Setor privado do turismo

Essencialmente, o setor do turismo é composto por empresas privadas que fornecem serviços aos visitantes. Seus empreendimentos e operações e as decisões que elas tomam terão a maior influência sobre a biodiversidade. Elas são os agentes da mudança e também proporcionam o principal modo de se alcançar mercados e de influenciar os consumidores. Elas têm um forte impacto sobre as comunidades locais, que pode ser tanto positivo quanto negativo, por meio da geração de empregos, envolvimento com cadeias logísticas locais, uso de recursos locais, e investimento e participação na infraestrutura e nos serviços de apoio locais.

Uma ampla variedade de tamanhos e tipos de empresas são partes interessadas na relação biodiversidade-turismo. Elas incluem fornecedores de hospedagem, refeições, transporte, atrações, atividades, vivências culturais, guias e vários serviços relacionados. Os operadores turísticos internacionais e locais são particularmente importantes para influenciar as ações dos visitantes e das outras empresas.

Há exemplos de empresas turísticas que possuem um forte compromisso com o meio ambiente e com a biodiversidade e que têm apoiado a conservação por meio de manejo dos próprios recursos e espaço, de financiamentos, e de envolvimento com os visitantes e com as comunidades. Outras podem ser menos proativas, mas ainda levam em conta a biodiversidade na gestão de suas empresas ou na escolha dos fornecedores que usam. Por outro lado, muitas empresas poderiam fazer mais para reduzir os impactos negativos e para proporcionar apoio. As empresas de turismo podem ser contatadas

individualmente. Entretanto, é também importante trabalhar com associações locais e nacionais de empresas de turismo, onde essas existirem, para encorajar uma cooperação setorial e um compromisso coletivo.

É importante chamar a atenção para as diferentes escalas de impacto e formas de gestão para as partes formais e informais do setor do turismo. Geralmente, atividades de empresas formais, particularmente as maiores, possuem um impacto muito maior sobre o meio ambiente e a biodiversidade, incluindo recursos e infraestrutura para gerar impactos positivos ou negativos sobre o meio ambiente. Já os negócios

informais ou as pequenas empresas possuem geralmente impactos menores. Entretanto, seus efeitos cumulativos podem ser significativos, e eles também precisam estar engajados e representados no setor de turismo e ter seus interesses representados nas políticas de turismo sustentável. Além disso, sempre que investimentos financeiros forem necessários para tornar o turismo mais sustentável, as empresas formais de maior escala podem ser favorecidas e incentivos e subsídios especiais podem ser necessários para ajudar o setor informal e as Pequenas e Médias Empresas (PMEs) a se engajarem e a serem ambientalmente sustentáveis em suas práticas.

Quadro 2: Inkaterra – uma empresa de turismo atuando de modo pioneiro na conservação da biodiversidade

A Inkaterra é uma companhia peruana de ecoturismo com quase 40 anos de experiência em iniciativas de turismo sustentável. Possui e opera cinco hotéis, inclusive na Reserva Natural de Machu Picchu e em Puerto Maldonado, Tambopata, ao sudeste do país nas florestas tropicais da Amazônia. Todos os anos a Inkaterra proporciona vivências autênticas da natureza para mais de 65.000 turistas no Peru. A Inkaterra possui uma abordagem holística que produz pesquisas científicas para a conservação da biodiversidade e para o desenvolvimento sustentável em comunidades locais na Amazônia (p.e., a região de Madre de Dios no sudeste do Peru), nas florestas de altitude de Machu Picchu, e no mar tropical de Cabo Blanco. Por meio de sua ONG associada, a Inkaterra Association (ITA), muitos projetos de desenvolvimento sustentável foram executados, incluindo:

- A primeira reserva ecológica do Peru para fins turísticos, uma área de 15.000 hectares de área de floresta primária em Tambopata.
- Checklists das aves no interior das propriedades em Tambopata e Machu Picchu (747 espécies).
- Rali Internacional de Observação de Aves, o único campeonato internacional de observação de aves de modo contínuo.
- A maior coleção de orquídeas nativas do mundo, com 372 espécies.
- O estabelecimento do Centro de Resgate do Urso-Andino, para a conservação da única espécie de urso do Hemisfério Sul.
- Um plano de trabalho para fundamentar a criação da primeira reserva marinha em Cabo Blanco⁴⁰

POVOS INDÍGENAS E COMUNIDADES LOCAIS

As Diretrizes pedem engajamento direto dos povos indígenas e das comunidades locais na preparação, aprovação e implementação dos planos, na avaliação dos impactos e na tomada de decisões sobre os empreendimentos turísticos. Isso inclui obter seu consentimento informado prévio, mas vai além disso ao estabelecer processos participativos funcionais e com credibilidade para um envolvimento pleno e contínuo. É essencial que o consentimento informado prévio das comunidades locais e dos povos indígenas afetados seja obtido como parte de qualquer processo vinculado à aplicação das Diretrizes da CDB. Entretanto, meramente criar estruturas e espaços para isso seria inadequado. A informação sobre esses processos precisa chegar a todas as comunidades afetadas. Elas também precisariam estar empoderadas para serem capazes de participar efetivamente do processo.

Há uma riqueza de experiências e materiais disponíveis sobre práticas de engajamento das comunidades no manejo de recursos naturais. Isso inclui questões de direito à terra, reconhecimento de estruturas e conhecimentos tradicionais, garantia de igualdade de



Inkaterra – Província de Tambopata, Madre de Dios, Peru – Instalações especiais, tais como passarelas entre as copas das árvores, podem fazer com que frutas coloridas, pequenos pássaros e insetos destaquem-se como atrações das copas, anteriormente inacessíveis aos turistas. Créditos: Filipe Fortes (www.flickr.com/photos/fortes)

gênero e para minorias, consultas eficazes e objetivas, uso de comunicações e procedimentos de feedback eficazes, e o registro de acordos sobre resultados e responsabilidades. As Diretrizes chamam a atenção



Quadro 3: Engajamento dos povos indígenas no planejamento do turismo – Kakadu, Austrália

Uma característica básica do Parque Nacional Kakadu é a sua localização em terras aborígenes, arrendadas de, e geridas conjuntamente com os grupos aborígenes aos quais a terra pertence. Em 2004, o Parque e os grupos aborígenes publicaram conjuntamente a seguinte visão compartilhada sobre o turismo para Kakadu, o que criou a base do Plano Diretor de Turismo do Parque:

“O Parque Nacional Kakadu é um dos grandes Parques de Patrimônio Cultural Mundial, reconhecido mundialmente como um local com:

- uma cultura aborígene viva – terra de Bininj/Mungguy
- paisagens naturais extraordinárias e uma rica variedade de plantas e animais
- vivências enriquecedoras e memoráveis para os visitantes
- uma parceria forte e bem-sucedida entre os Proprietários Tradicionais, os governos e o setor de turismo, proporcionando a melhor prática para cuidar do território.
- E um turismo sustentável.”⁴³



Parque Nacional Kakadu, Austrália – Guarda indígena no ponto de observação Gun-warddehwardde. Créditos: Parks Australia (<https://www.flickr.com/photos/parksaustralia/>)

para as diretrizes de Akwé:Kon⁴¹ para a condução da avaliação dos empreendimentos que podem afetar os povos indígenas e as comunidades locais.⁴²

Autoridades subnacionais e locais

Assim como em seu engajamento no desenvolvimento e na coordenação de políticas, as autoridades subnacionais (estados, províncias) e locais (municípios) possuem frequentemente um papel crítico em planejar os empreendimentos e o uso de recursos naturais em suas áreas e em influir sobre os mesmos e podem ser algumas vezes os decisores finais. Elas podem estar também envolvidas na gestão e na promoção do turismo.

Gestores de áreas protegidas

As autoridades e os gestores responsáveis por parques, reservas e outras áreas protegidas serão frequentemente os organismos envolvidos na gestão da relação entre a visitação, o turismo e a biodiversidade locais. As Diretrizes são extremamente relevantes para suas operações.

Os organismos de áreas protegidas são frequentemente órgãos públicos, dirigidos e administrados em um âmbito nacional, subnacional ou local. Entender o grau de centralização como algo contra a autonomia local é importante aqui. As áreas protegidas também incluem reservas ou áreas privadas de posse de ou administradas por parcerias e acordos público-privados, ou por ONGs ou outras estruturas.⁴⁴

Qualquer que seja a natureza da posse ou da administração, a disponibilidade de recursos financeiros e humanos e de técnicas em um âmbito local é fundamental para esses organismos executarem funções de conservação da biodiversidade bem como uma gestão eficaz dos visitantes e do turismo. Um dos desafios na gestão de impactos é equiparar os investimentos em serviços de gestão de visitantes, infraestrutura, proteção e restauração de ecossistemas em áreas afetadas com os fluxos de receitas gerais ou por destinos derivadas do turismo – reinvestindo a riqueza gerada pelo turismo na proteção do capital do parque para atrair visitantes e turistas.

Outros organismos

Vários outros organismos podem representar interesses adicionais ou fornecer um suporte técnico importante. Eles incluem: órgãos ambientais e conservacionistas internacionais, nacionais ou locais; associações de turismo e câmaras de comércio, ONGs engajadas no desenvolvimento sustentável local e em trabalhos com comunidades locais; e instituições envolvidas com pesquisas, ensino e capacitação relevantes.

3.3 Estruturas multissetoriais e processos participativos

Embora as posições e contribuições específicas dos setores mencionados acima devam ser reconhecidas, as Diretrizes exigem uma ação e um planejamento colaborativos e apontam para o estabelecimento de estruturas multissetoriais e de processos participativos. Além de garantir uma abordagem inclusiva e equitativa e acordos sobre objetivos e ações, isso pode fortalecer a divulgação de informações, o compartilhamento de conhecimento, o acesso a técnicas e pesquisas, e a capacidade de exercer influência.

Estruturas que congreguem as partes interessadas no turismo e na biodiversidade devem ser estabelecidas em um âmbito nacional e local e podem ser parte de estruturas maiores que tratam do turismo sustentável ou da gestão de recursos e de territórios. É provável que elas necessitem continuamente de apoio e de capacitação. A OMT elaborou informações sobre processos multissetoriais no turismo.⁴⁵

As estruturas de âmbito nacional possibilitam que os ministérios e as agências pertinentes, tal como indicado anteriormente, se encontrem com os órgãos representativos dos interesses do setor privado, da gestão de recursos, da conservação e das comunidades locais. Embora possa ser impraticável para tais órgãos estabelecerem esses encontros simplesmente para abordar o turismo e a biodiversidade, o requisito fundamental é de que essa relação esteja regularmente colocada em suas agendas e seja abordada por eles.

Estruturas multissetoriais e processos participativos são especialmente importantes para abordar as questões relativas ao turismo e à biodiversidade em um âmbito local. Fundamentalmente, eles devem envolver autoridades locais, órgãos de áreas protegidas, empresas de turismo, comunidades locais e outras partes interessadas pertinentes. Eles devem servir como órgãos de planejamento e de gestão em uma área local definida. Nos últimos anos, o conceito de “destinos locais” provou-se valioso para descrever áreas em que se faz sentido palavras como “identidade turística” e “marca turística” bem como para uma gestão eficaz e para um engajamento local das partes interessadas. Os destinos locais podem ser definidos, de modo variado, pelo patrimônio e tradição, pelos ecossistemas, pelas áreas protegidas, pelas fronteiras administrativas ou de outros modos de acordo com as circunstâncias locais. Os organismos multissetoriais que realizam as funções acima indicadas em tais áreas definidas são algumas vezes referidos como Organizações de Gestão de Destinos.

Um papel fundamental dessas estruturas locais é o de se engajar nos processos de planejamento e de gestão que estão definidos nas Diretrizes e abordados no restante deste Manual.



Quadro 4: Engajamento multissetorial no turismo em áreas protegidas

A Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas pretende encorajar boas práticas por meio do reconhecimento de áreas protegidas que estão cumprindo as exigências acordadas para o desenvolvimento e para a gestão sustentáveis do turismo. Ao fim de 2014, mais de 130 áreas protegidas, abrangendo 16 países, foram condecoradas com a Carta. Um requisito fundamental da Carta é que todos aqueles associados ao turismo em e ao redor de áreas protegidas estejam envolvidos no seu desenvolvimento e gestão. Isso é geralmente cumprido por meio de um fórum permanente, ou acordos parecidos, estabelecido entre as autoridades das áreas protegidas, os municípios locais, as organizações comunitárias e de conservação e os representantes do setor de turismo.⁴⁶



Capítulo 4

A Importância do Levantamento sobre Turismo e Biodiversidade

As Diretrizes exigem que informações de levantamento estejam disponíveis para permitir que decisões fundamentadas sejam tomadas. O escopo e a fonte das informações pertinentes estão esboçados nas Diretrizes. Maiores esclarecimentos são fornecidos abaixo sobre o que é necessário, por quê e onde.

4.1 A necessidade do levantamento de informações e o processo envolvido

Informações de levantamento, que em seguida são mantidas atualizadas, são necessárias para vários fins:

Fundamentar a preparação de planos locais para o turismo que levem plenamente em conta a biodiversidade.

Possibilitar que metas realistas sejam definidas, inclusive metas ambiciosas e limites aceitáveis de mudança.

Orientar a implementação de planos e de todos os aspectos da gestão.

Proporcionar uma fonte de informações para possíveis empreendedores e para o diálogo com eles antes de qualquer proposta de projeto.

Proporcionar uma base para o estudo de impactos de projetos turísticos específicos. Esses estudos podem exigir também uma série de evidências adicionais relativas ao projeto em questão.

Estabelecer um quadro, uma linha de base e indicadores para monitoramento.

Coletar e analisar as informações pode ser demorado e a complexidade, a escala e os estados temporal e espacial dos impactos tornam bastante difícil determinar uma linha de base válida. É importante ser claro sobre o que é necessário e sobre o processo envolvido. Os vários passos incluem:

Combinar com o grupo interessado as informações desejadas e priorizá-las.

Desenvolver competências e técnicas sobre coleta e análise de dados.

Auditando quais informações já estão disponíveis, verificando sua confiabilidade e identificando quaisquer lacunas que precisem ser preenchidas. Combinar e compartilhar responsabilidades pelo processo de coleta de dados.

Reunir, sintetizar e analisar os dados e apresentá-los de forma resumida e palatável.

Ao estabelecer sistemas multissetoriais para o monitoramento e para a descrição da linha de base, os observatórios de turismo geralmente articulam vários indicadores-chave e combinam as capacidades do setor privado, das instituições educacionais, científicas e técnicas, das associações de turismo e das autoridades de turismo locais. Os dados podem ser também coletados pelos turistas ou por guias turísticos para reduzir os custos de coleta e para garantir que o monitoramento seja conduzido. A OMT ajudou a estabelecer observatórios em mais de 150 países, incluindo seis Observatórios Globais de Turismo Sustentável na China e na Grécia.⁴⁷

4.2 O conjunto de informações necessárias

Com base nas Diretrizes e nas considerações e experiências subsequentes, foi proposto que as informações de linha de base e de gestão relativas ao impacto potencial do turismo sobre a biodiversidade sejam exigidas para quatro áreas, como demonstrado na

tabela abaixo. Essas informações precisam ser consideradas junto com outras mais abrangentes que possam ser necessárias para um planejamento e uma gestão sustentáveis do turismo.

Situação da biodiversidade na área local	• Detalhes de quaisquer áreas protegidas e áreas de significativa biodiversidade. • Especificações de ecossistemas, habitats e espécies, incluindo as características básicas e seu status de proteção. • Tendências na extensão e na qualidade de habitats-chave, e de populações de animais selvagens visados pelo turismo e outras espécies indicadoras, incluindo as causas de mudança identificadas. • Ameaças atuais e possíveis ameaças futuras à biodiversidade, identificando áreas com especial sensibilidade e vulnerabilidade e quaisquer desafios relacionados às comunidades locais. • Nível de conscientização das empresas e das comunidades locais ao valor da biodiversidade e ao impacto na conservação.
Oferta e demanda, desempenho e perspectiva do turismo	• Número, origem e tempo de permanência dos visitantes (preferencialmente por mês/trimestre). • Fluxos de visitantes – rotas utilizadas, principais áreas/locais visitados, atividades realizadas. • Tendências na visitação. • Opinião dos visitantes sobre a área – trunfos, carências, nível de satisfação. • Gastos totais dos visitantes, taxas de entrada/utilização, e outros serviços relativos à biodiversidade. • Oferta de hospedagem e de outros produtos e serviços aos visitantes, incluindo seu nível de certificação ambiental. • Empreendimentos turísticos afins recentes e propostos. • Ocupação de produtos turísticos ou outros dados de desempenho. • Percepções sobre os mercados atuais e futuros e perspectivas.

Outros dados socioculturais e econômicos relevantes	• Perfil etnográfico e demográfico da comunidade local. • Nível de engajamento da comunidade local com o turismo, direta e indiretamente (p.e., patrimônio líquido, empregos, vendas de produtos e serviços). • Outras fontes de renda/subsistência locais e efeito sobre a biodiversidade. • Tipo, significância, localização e fragilidade dos bens culturais. • Padrões de posse da terra, incluindo os direitos de uso da terra das comunidades e dos povos tradicionais.
Dados administrativos e de gestão	• Planos anteriores e atuais para a área, incluindo os planos de turismo, de empreendimentos, de uso da terra, e para o meio ambiente. • Estudos de Impactos Ambientais (EIAs) recentes. • Avaliações Ambientais Estratégicas e seus resultados. • Aplicação e cumprimento das legislações e regulamentações pertinentes. • Recursos humanos e financeiros disponíveis para a conservação e gestão.

Ao coletar e reunir essas informações, atenção especial deve ser dada a:

Quaisquer impactos diretos conhecidos do turismo sobre a biodiversidade.
Impactos cumulativos anteriores e atuais.
Distribuição espacial da biodiversidade e do turismo, entre outros, o que exigirá dados cartográficos.

Relações com os vizinhos e com áreas maiores que possam afetar a situação do turismo e da biodiversidade locais.
Habilidade de coletar novamente os dados ao longo do tempo a fim de monitorar e mensurar mudanças.

4.3 Fontes de informação

As fontes principais a seguir são vistas como possíveis prestadoras de informações existentes ou como participantes na coleta de informações futuras.

Organismos Internacionais. A OMT e outros organismos podem fornecer dados sobre turismo e outros setores, os quais são frequentemente reunidos a partir de fontes locais. Alguns organismos podem ter dados relevantes sobre certos locais que possuem uma designação internacional. Agências de assistência técnica que vem apoiando projetos locais podem ter um bom conhecimento local.

Uma Ferramenta Integrada de Avaliação da Biodiversidade para pesquisa e planejamento da conservação (IBAT R&CP, na sigla em inglês) proporciona a organizações sem fins lucrativos o acesso a uma gama de “camadas” de dados globais e nacionais, tais como as fronteiras de áreas protegidas, informações biológicas sobre habitats e índices de diversidade de espécies, e áreas fundamentais para a biodiversidade. Uma circulação mais ampla desses dados a todas as partes interessadas pode ser importante.⁴⁸

Agências/governos nacionais. Eles podem ter dados socioeconômicos, de biodiversidade e de turismo para a área local ou dados nacionais que poderiam ser desagregados, mas cuidado é necessário para assegurar que tais dados são suficientemente robustos e relevantes para a situação local.

Governos subnacionais, autoridades locais e órgãos de áreas protegidas. Eles devem ter ao menos alguns dados locais sobre os principais tópicos, mas pode haver muitas lacunas e possíveis problemas de

confiabilidade. Os planos de manejo das áreas protegidas e os planos de turismo podem conter informações valiosas. Em alguns casos, as Organizações de Gestão de Destinos e de Marketing podem ajudar a determinar sistemas de monitoramento eficazes.

ONGs. ONGs internacionais de conservação e ONGs comunitárias podem ter dados relevantes. É provável que elas também sejam uma importante fonte de conhecimento sobre as questões relativas à biodiversidade, à comunidade local e à subsistência.

Empresas de turismo. Uma fonte muito importante de informações sobre os fluxos, atividades, desempenho e perspectiva do turismo. Um levantamento sistemático das empresas de turismo (tanto as formalmente estabelecidas quanto as informais) poderia ser realizado, assim como um contato mais informal. As empresas de turismo poderiam participar da coleta de dados.

Comunidade local. O engajamento da comunidade local em fornecer conhecimento e opiniões e em coletar novos dados é importante para a sensibilização às questões e para se gerar apoio.

Visitantes. A obtenção de informações por meio de levantamentos simples e bem desenhados junto aos visitantes pode acrescentar muito para o conhecimento local disponível sobre o turismo e a biodiversidade. Os visitantes podem também se engajar na coleta de dados e na elaboração de relatórios sobre temas como as condições ambientais.

Levantamentos e observação locais. Pode ser necessário obter as informações sobre as condições de biodiversidade diretamente a partir de observações e levantamentos locais repetidos ao longo do tempo.



Capítulo 5

Formulação de Planejamentos para o Turismo e para a Biodiversidade

As Diretrizes se referem a vários processos de planejamento para o turismo e para a biodiversidade. Isso precisa de alguma simplificação e de algum esclarecimento e os principais requisitos estão expostos abaixo.

5.1 Estrutura nacional para um planejamento local

O requisito principal é a preparação e a implementação de planos locais para proporcionar a base para o controle, o desenvolvimento, a gestão e a promoção do turismo sustentável em um nível local, especialmente em áreas vulneráveis ou em “hotspots” de biodiversidade. Entretanto, é importante que esses sejam estabelecidos e apoiados dentro de um quadro nacional de planejamento. A Seção 3 deste Manual fundamenta a necessidade de alinhamento das políticas de turismo e de meio ambiente. Isso deve levar a:⁴⁹

Clareza sobre a abordagem completa para o turismo sustentável e para a biodiversidade.

Promoção do conceito de planos locais de turismo que adotem os princípios de conservação da biodiversidade.

Identificação das áreas prioritárias para tais planos. Isso deve levar em conta a localização de todas as áreas onde a biodiversidade é significativa

ou vulnerável, incluindo as Áreas-Chave para a Biodiversidade⁵⁰.

Um foco nas áreas protegidas, incluindo outras áreas terrestres e marinhas quando apropriado, nas quais o turismo e a conservação são especialmente e cuidadosamente planejados em harmonia.

A provisão de recursos e de capacitação suficientes para apoiar o planejamento e a gestão em um nível local.

Mesmo em áreas onde nenhum plano local relevante foi preparado, deve haver procedimentos acordados para considerar e abordar os impactos do turismo sobre a biodiversidade, incluindo o controle dos empreendimentos turísticos propostos, por meio da aplicação de ferramentas relevantes, processos de triagem e estudos de impacto e outras atividades de gestão, conforme descrito nas Diretrizes e em seções posteriores deste Manual.

5.2 Preparando um planejamento local eficaz

Os planos devem ser preparados para uma visitação e um turismo sustentáveis em áreas locais que claramente abordem as questões relativas à biodiversidade. Esses planos precisam se relacionar a, ou quando apropriado serem incorporados a outros planos locais e seus processos de planejamento tais como: planos gerais de desenvolvimento da área; planos de uso da terra; planos de gestão de áreas protegidas; planos de desenvolvimento integrado; planos de meio ambiente, incluindo planos de ação para a biodiversidade; e planos de gestão de zonas costeiras e outros processos de governança. Os planos locais para o turismo sustentável devem ser preparados por meio de um processo participativo. Estruturas multissetoriais, como descritas na Seção 3, devem atribuir um mandato para a preparação e para a implementação dos planos. Idealmente, os processos devem ser apoiados por uma equipe técnica que inclua pessoas com conhecimento em turismo, biodiversidade, planejamento e desenvolvimento comunitário.

O planejamento deve ser fundamentado por evidências resumidas de informações de levantamento relevantes, como abordado na Seção 4. A

primeira fase é acordar a que conclusões se pode chegar a partir dessas evidências sobre os temas que afetam o turismo e a biodiversidade.

No passado, vários modelos foram defendidos para o ordenamento do território para o turismo e a recreação. A maioria baseou-se na necessidade de ser transparente a respeito de como os diferentes níveis e tipos de turismo futuros impactarão o meio ambiente (incluindo a biodiversidade), as comunidades locais e os usuários (incluindo os próprios visitantes), levando a um acordo sobre os limites aceitáveis de mudança. Isso deve constituir uma parte importante do processo de planejamento.

Essencialmente, o planejamento para o turismo e para a biodiversidade deve levar em conta o princípio da precaução, que exige que a falta de certeza quanto a uma ameaça à biodiversidade não deve ser utilizada como uma razão para não atuar para evitar ou minimizar essa ameaça.

Quadro 5: O Planejamento do turismo no Parque Nacional de Phong-Nha Ke Bang, Vietnã

O Parque Nacional de Phong-Nha Ke Bang é um Sítio de Patrimônio Mundial designado que recebe mais de 400.000 visitantes. O rápido desenvolvimento do turismo aumentou as pressões sobre os ecossistemas da região e sobre as comunidades locais que dependem fortemente dos recursos naturais locais. Trabalhando com o apoio do Ministério da Cooperação e Desenvolvimento Econômico da Alemanha, um Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo foi preparado para 2010-20 por meio de um processo participativo que se estendeu por 3 anos. As entrevistas foram realizadas com as partes interessadas locais sobre várias questões, de parcerias de trabalho a desenvolvimento de produtos e marketing. O plano inclui diretrizes de desenvolvimento, gestão e implementação. Outro trabalho foi empreendido nos povoados vizinhos, que inclui uma avaliação dos meios de subsistência locais e seus impactos sobre os ecossistemas e sobre a vida selvagem do parque, levando à criação de planos de desenvolvimento dos povoados locais.

Fonte: Leung Y-F et al., *Tourism and Visitor Management in Protected Areas*, 2015.

5.3 Definindo visão, metas e objetivos

As Diretrizes exigem que o plano contenha uma visão, que é uma declaração ampla das intenções de longo prazo, e os objetivos associados que estabelecem um conjunto de prioridades a tratar e de metas a atingir. A visão e os objetivos devem ser acordados conjuntamente com as partes interessadas por meio de um processo participativo. Eles constituem um ponto de referência durante a preparação e a implementação do plano.

As Diretrizes sugerem que os objetivos tratem de prioridades e metas relativas a uma gama de resultados benéficos que podem estar inter-relacionados.⁵¹ Por exemplo, esses podem incluir a redução da pobreza, a proteção da cultura e dos meios de subsistência indígenas, a diversificação das atividades econômicas, a partilha equitativa dos benefícios, bem como a prevenção de dano aos ecossistemas, a restauração de habitats, e o desenvolvimento do turismo que apoia a conservação.

As metas devem ser específicas, mensuráveis, possíveis, orientadas para resultados e com prazo determinado. Elas devem fornecer a base para as ações acordadas relacionadas à consecução dos objetivos estabelecidos.



Turistas visitando o Centro de Reabilitação Sepilok Orang Utan, Sabah, Malásia – O Centro de Reabilitação está localizado na Reserva Florestal Kabili, e foi criado para minimizar o impacto do desmatamento sobre os orangotangos. O Centro proporciona educação tanto para a população local quanto para os visitantes.

Crédito: CIFOR (www.flickr.com/photos/cifor)

5.4 Principais resultados de um planejamento local

A implicação dos dispositivos presentes nas Diretrizes é que um plano local finalizado deve fornecer um roteiro e um guia bem ponderados, detalhados, práticos e acordados para um turismo sustentável que apoie a biodiversidade. Seu conteúdo deve ser suficiente para orientar as atividades futuras e para fundamentar as decisões quanto aos projetos de empreendimentos futuros. Portanto, espera-se identificar:

As principais limitações e oportunidades para o turismo na área.

Os tipos de turismo com potencial claro de mercado (refletindo os trunfos da área, a localização,

o desempenho atual do turismo e as tendências mundial e local do mercado) e quais são compatíveis com as circunstâncias ambientais, sociais e econômicas locais.

Zonas, e talvez sítios específicos, mais adequados para os diferentes tipos e intensidades de atividades e empreendimentos turísticos. Isso pode incluir algumas zonas onde nenhum empreendimento ou acesso deve ser permitido. Os planos devem, portanto, conter algum conteúdo baseado em mapa e estar intimamente relacionados ao ordenamento do território.

Ações para minimizar os impactos negativos existentes e futuros sobre a biodiversidade e para

fortalecer o apoio do turismo à biodiversidade, utilizando ferramentas e processos de gestão, tal como indicado nas Seções 6 e 8 deste Manual.

Os esboços de planos devem ser objeto de consulta cuidadosa pelas partes interessadas locais e nacionais, buscando um consenso sempre que possível e introduzindo quaisquer alterações e acréscimos necessários ao plano final. Alguns países podem exigir uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

a ser realizada no plano proposto como uma avaliação sistemática independente de suas consequências ambientais. Essa é uma boa prática, pode ajudar a agilizar a incorporação de preocupações com o meio ambiente (incluindo a biodiversidade) nos processos de tomada de decisão e deve ser considerada independentemente de se tratar de uma exigência formal. O plano deve ser bem comunicado para todas as partes interessadas locais e nacionais.



Quadro 6: Ordenamento do território em Seicheles

As Seicheles têm testemunhado um crescimento considerável da pressão por empreendimentos turísticos, especialmente no litoral, o que levou à necessidade de um ordenamento mais detalhado e robusto do território. Uma iniciativa de ordenamento do território foi estabelecida como parte do projeto Integrando a Biodiversidade, apoiado pelo Global Environment Facility (Fundo Global para o Meio Ambiente). Além de uma avaliação do contexto de desenvolvimento, inclusive do turismo, informações detalhadas foram reunidas sobre a biodiversidade, posse da terra e interesses comunitários por meio de uma série de consultas individuais e de *workshops* locais. O resultado foi uma série de planos baseados em mapas, identificando zonas e sítios para diferentes usos, inclusive tipos e intensidades diferentes de atividades turísticas.⁵²



Capítulo 6

Ferramentas para Controlar e Influenciar os Impactos do Turismo sobre a Biodiversidade

As Diretrizes exigem que haja uma revisão da legislação, das medidas de controle e de sua eficácia, para identificar qualquer necessidade de fortalecer sua utilização, incluindo a introdução de novos instrumentos onde necessário.

6.1 A gama de instrumentos possíveis

Uma gama de instrumentos pode ser utilizada para abordar todos os aspectos dos impactos do turismo sobre a biodiversidade. Instrumentos podem ser utilizados para atenuar os impactos sobre a biodiversidade que podem ser diretos, tais como na destruição de habitats decorrente de empreendimentos, ou indiretos, tais como um uso ineficiente de energia e de água que leva a um esgotamento de recursos e a mudanças climáticas.

A referência à legislação nesse ponto das Diretrizes é essencialmente acerca da existência e do uso de regulamentações executórias apoiadas pela legislação. Os principais tipos adicionais de instrumentos são geralmente agrupados sob os títulos de instrumentos voluntários ou econômicos, enquanto outros podem se referir a processos de mensuração e de monitoramento e atividades administrativas de apoio.⁵³

A aplicação de instrumentos regulatórios, voluntários e econômicos é levada em consideração abaixo. Atividades contínuas de gestão e de mitigação, que podem envolver a aplicação prática de alguns desses instrumentos, são abordadas posteriormente na Seção 8. Os processos de monitoramento e de apoio são principalmente abordados na Seção 9 e na Seção 10, respectivamente.⁵⁴

Embora quaisquer desses instrumentos possam ser utilizados isoladamente, eles podem frequentemente ser mais eficazes se utilizados de modo combinado. Um exemplo é o uso de instrumentos econômicos para encorajar a adoção de processos voluntários.

6.2 Regulamentações e seu cumprimento

Um uso básico das regulamentações para atenuar os impactos do turismo se dá no processo de ordenamento e controle do território que exige aprovação prévia a ser concedida antes que qualquer novo empreendimento ou mudança de utilização do terreno possa ocorrer. Todas as áreas de biodiversidade vulnerável devem ser abrangidas por tal processo.

As exigências de notificação de empreendimentos, as avaliações de impactos e as decisões sobre aprovação de concessões são ainda consideradas na Seção 7.

Os detalhes dos empreendimentos locais podem ser abordados por meio de um processo de planejamento local, frequentemente incluindo padrões mínimos para localização e projeto, mas frequentemente não incluindo preocupações com o meio ambiente. Para a biodiversidade, exigências adicionais podem ser necessárias, particularmente nas categorias de uso restrito do solo. Essas devem incluir exigências específicas para minimizar os impactos ambientais durante o processo de construção e para a desativação de construções. Tais regulamentações devem se aplicar a todos os usos, não apenas para o turismo.

As regulamentações baseadas em padrões mínimos devem também ser aplicadas a certos aspectos do funcionamento das empresas de turismo. A gestão de resíduos e o controle de efluentes, por exemplo, são particularmente importantes para reduzir os danos aos habitats em todos os locais, mas especialmente em ambientes costeiros e de zonas úmidas.

Em algumas situações, pode ser apropriado controlar o movimento e as atividades dos visitantes por meio de regulamentos. Eles podem ser utilizados, por exemplo, para restringir a quantidade ou o tempo de acesso a certos lugares, ou para controlar as atividades ou o comportamento dos visitantes por meio do estabelecimento de estatutos obrigatórios, tais como procedimentos para o mergulho em recifes sensíveis.



Ruínas abandonadas de um resort, Polinésia Francesa, 2011 – As regulamentações para a desativação de construções devem abranger a restauração dos terrenos.

Credit: Michael R Perry (www.flickr.com/photos/michaelperry/).

Um desafio importante para o uso de instrumentos regulatórios provou-se ser o seu cumprimento, que é frequentemente deficiente e, em alguns países, é seriamente prejudicado pela falta de compromisso,

influências externas ou capacidade insuficiente de inspeção. Isso realça a necessidade de uma revisão completa e transparente, como solicitado pelas Diretrizes.

Quadro 7: Orientação para a Política de Planejamento (Planning Policy Guidance, PPG) para Empreendimentos Costeiros em Maurício

Em 2009, o Ministério de Turismo e Lazer revisou e fortaleceu a Estratégia para Empreendimentos Hoteleiros em Maurício, a fim de reforçar a vantagem competitiva do país como um destino turístico atraente. Exigiu-se a adesão estrita dos empreendimentos costeiros à PPG a fim de preservar as características naturais e originais das paisagens marinhas da ilha. Os empreendimentos hoteleiros devem cumprir as regulamentações sobre extensão do lote, altura e distâncias do empreendimento em relação ao entorno, sem derrogações permitidas. O empreendimento deve ocorrer em grupos, com vegetação natural entre eles e a recarga ou reengenharia da praia deve, tanto quanto possível, deixar intocadas as características naturais do local, tais como afloramentos rochosos, árvores maduras e habitats naturais.⁵⁵

Quadro 8: Zoneamento e regulamentação das atividades turísticas marinhas em Santa Lúcia

Nos anos 1990, o crescimento rápido do setor do turismo em Santa Lúcia trouxe pressão significativa por conta de recreações no mar, incluindo iatismo, *snorkeling* e mergulho, resultando em conflitos com pescadores e em danos ao ambiente de recifes. No povoado de Soufrière, a Associação de Gestão Marinha de Soufriere, Inc., é uma autoridade local de gestão da pesca responsável pela administração de mais de 22 km de litoral, inclusive de dois parques. Esse órgão sem fins lucrativos une várias agências governamentais e interesses locais e foi criado para desenvolver e administrar uma iniciativa de gestão, resultando na identificação de cinco tipos de zonas para diferentes atividades, reguladas por meio de um sistema de licenças. Em 2011, o sistema foi completamente revisado, com ampla participação das partes interessadas, levando a um maior compromisso e a um monitoramento e cumprimento mais eficazes.⁵⁶

6.3 Instrumentos voluntários

Esses são os instrumentos designados para influenciar as partes interessadas por meio de um convite à observância voluntária a um padrão. Eles são frequentemente utilizados para complementar as regulamentações, indicando processos e ações que vão além das exigências mínimas legais.

O Conselho Global para Turismo Sustentável (GSTC, na sigla em inglês) estabeleceu normas globais de turismo sustentável para as empresas de turismo e para os destinos.⁵⁷ Os critérios são o mínimo, não o máximo, que as empresas e os destinos devem implementar para alcançar sustentabilidade social, ambiental, cultural e econômica. Ambos incluem várias exigências de consideração das implicações à biodiversidade. Exige-se que as empresas conservem a biodiversidade, os ecossistemas e as paisagens e que os destinos tenham regulamentações apropriadas e aplicadas para proteger os recursos naturais e também monitorem os impactos e protejam ambientes sensíveis.⁵⁸

Padrões, códigos e diretrizes de adesão voluntária podem ser produzidos para atividades turísticas mais

específicas, visando minimizar seus impactos sobre a biodiversidade. Entre os exemplos, incluem-se o trabalho da IUCN sobre a localização e o projeto de hotéis, ou os vários códigos globais e locais para a observação *in loco* da vida selvagem. Seu sucesso é inteiramente dependente do comprometimento dos setores.⁵⁹

Padrões e códigos podem ser utilizadas isoladamente para a busca e a promoção de boas práticas. Eles podem ser apoiados por programas de certificação que verifiquem a observância, levando à atribuição de um selo. O GSTC estabeleceu um programa de acreditação para os programas de certificação que trabalhem com seus padrões. Um estudo da abordagem das questões relativas à biodiversidade pelos critérios de certificação e premiações de turismo sustentável concluiu que, embora a maioria dos programas foquem na degradação dos ecossistemas e na superexploração dos recursos naturais como as principais causas da perda de biodiversidade, muito menos atenção é dada, por exemplo, às espécies exóticas invasoras e a conceitos mais novos, como a abordagem “Sem Perda Resultante” (No-Net Loss, em inglês) ou a hierarquia de mitigação.⁶⁰

Em 2014, o número de empresas e destinos turísticos reconhecidos por alguma forma de certificação de sustentabilidade permanece limitado. Uma gama de ações deve ser realizada para promover a obtenção de padrões e a busca por certificação e boas práticas de modo geral. Essas ações incluem:

Incentivar a elaboração de relatórios sobre Responsabilidade Social Corporativa (RSC).
Influenciar o comércio entre empresas (*business-to-business*) na cadeia logística.

Tornar o apoio financeiro e outros apoios condicionais à observância.

Promoções para os consumidores, inclusive incentivando compartilhamentos e *feedbacks* por meio das mídias sociais.

Quadro 9: Eficácia dos padrões e das certificações

A contribuição objetiva dos padrões e dos sistemas de certificação de turismo sustentável destinados ao setor privado, em termos de benefícios à biodiversidade e de redução de riscos, foi mensurada em um estudo publicado pela Rainforest Alliance, que definiu, com o GSTC, 78 critérios para práticas empresariais, sociais e ambientais sustentáveis, adotadas por mais de 600 empresas de turismo em 12 países. Uma pesquisa com 106 empresas sendo treinadas e auxiliadas em seus processos de certificação na América Latina entre 2006 e 2011 comparou o desempenho em 29 dos critérios mais diretamente relacionados à conservação da biodiversidade. Em um prazo de dois anos, os resultados demonstram que a observância a esses critérios teve um aumento geral de 31%. Aumentos substanciais foram observados em práticas e resultados essenciais, incluindo a proteção à vida selvagem, o apoio às áreas protegidas vizinhas, a melhoria da gestão de resíduos, a redução da poluição da água, a melhoria da consciência ambiental pelos visitantes e funcionários. As melhorias foram maiores para as empresas que estavam no terço inferior de desempenho no início do estudo e foram menores, mas ainda significativas, para aquelas do terço intermediário.⁶¹

Quadro 10: Certificação de Turismo Sustentável, Costa Rica

O Programa de Certificação de Turismo Sustentável (CTS) foi desenvolvido pelo Instituto de Turismo da Costa Rica para diferenciar as empresas do setor de turismo, com base no grau em que elas cumprem um modelo sustentável da gestão de recursos naturais, culturais e sociais. As empresas certificadas pelo CTS beneficiam-se da atividade de marketing do Instituto de Turismo da Costa Rica:

- Empresas certificadas pelo CTS desfrutam de isenção completa ou parcial de taxas de inscrição em feiras internacionais.
- Empresas certificadas pelo CTS estão listadas em web site⁶² disponível na Espanha, Inglaterra e França.
- O selo de CTS pode também ser utilizado por uma empresa em suas próprias campanhas de marketing para identificá-la como sustentável.

Uma outra maneira de reconhecer boas práticas em sustentabilidade entre as empresas ou iniciativas turísticas se dá por meio de programas de premiação. A possibilidade de se ganhar um prêmio pode atuar como um incentivo, mas o maior benefício

dos programas provavelmente advém da sensibilização às questões relativas à sustentabilidade, tais como os impactos à biodiversidade, e da promoção de boas práticas como um incentivo e um marco para outros.

Quadro 11: Exemplos de Programas de Premiação

O Secretariado da CDB colaborou com muitos dos programas de premiação relacionados ao turismo para definir critérios e desempenhar papéis de júri. Alguns exemplos de prêmios incluem o TO DO! Award – Concurso Internacional de Turismo Socialmente Responsável⁶³, o Tourism for Tomorrow Awards da WTTC⁶⁴, e o World Responsible Tourism Awards⁶⁵. Em 2009 e em 2010, a Secretaria da CDB organizou o Indigenous Tourism and Biodiversity Website Awards em parceria com o Planeta.com para exibir as melhores práticas em tecnologias da web destinadas a apoiar os povos indígenas a gerir o turismo de um modo amigável à biodiversidade.⁶⁶ A premiação visava motivar os candidatos a melhorar sua própria comunicação sobre diversidade cultural e biológica, e para sensibilizar os operadores de turismo e o público em geral às questões relativas à biodiversidade.

6.4 Instrumentos Econômicos

Os instrumentos econômicos podem ser utilizados:

Como um incentivo para tomar certas ações, por meio da imposição de uma multa ou benefício. Para ganho de receitas para uma atividade específica, tal como a conservação.

Tais instrumentos podem ser utilizados em diferentes direções, para intensificar melhores práticas e evitar aquelas prejudiciais. As empresas de turismo podem ser desencorajadas de atividades ambientalmente prejudiciais por meio de taxas sobre impactos, por exemplo por poluição e consumo de recursos naturais como a água, ou pela eliminação ou modificação de materiais prejudiciais ao meio ambiente. Por outro lado, incentivos diretos podem ser oferecidos na forma de concessões de crédito para tecnologias benéficas, tais como a instalação de sistemas de baixo consumo de energia ou de infraestrutura para a gestão do impacto de visitantes. A melhoria da resiliência da infraestrutura por meio de adaptações baseadas nos ecossistemas e a redução dos riscos de desastres ambientais (p.e., ao preservar/restaurar manguezais e florestas protetoras) podem ser incentivadas por meio de descontos em seguros ou pela oferta de fundos de resseguros. Os visitantes podem ser obrigados a contribuir para sistemas de tributação (taxas de entrada ou utilização) e instrumentos mais complexos, como seguros e reembolso de depósitos, que podem ser utilizados

como mitigação contra possíveis danos ambientais futuros. Fundos fiduciários para a conservação podem ser criados por meio de instrumentos de direito de usufruto tais como concessões turísticas, parcerias público-privadas e acordos de arrendamento. A limitação de visitas de embarcações a parques marinhos por meio de planos de autorização negociáveis, por exemplo, pode garantir uma distribuição de lucro, ao mesmo tempo em que mantém os volumes de visita dentro de limites aceitáveis. Os incentivos podem ser aplicados de modo eficaz no âmbito da comunidade.⁶⁷

De modo menos direto, a gestão ambiental e outras particularidades podem ser incorporadas às empresas de turismo que buscam financiamentos por meio de subsídios financeiros tais como empréstimos, doações e programas de microcrédito que disponibilizam capital de giro para as PMEs. Várias agências multi e bilaterais já utilizam diretrizes e salvaguardas de investimento relacionadas à biodiversidade. O Banco Inter-Americano de Desenvolvimento desenvolveu uma Política de Meio Ambiente e Observância de Salvaguardas⁶⁸. A Agência de Cooperação Internacional do Japão tem um conjunto de diretrizes de fatores ambientais e sociais para os investimentos desde 2010⁶⁹. Um outro exemplo é o Padrão de Desempenho 6 em Conservação da Biodiversidade e em Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos da IFC (ver quadro abaixo).

Mais instrumentos econômicos são abordados na Seção 8 sobre atividades de gestão.

Quadro 12: Padrão de Desempenho 6 da IFC (International Finance Corporation)

Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável de Recursos Naturais Vivos

Os principais bancos de desenvolvimento e instituições financeiras reconhecem que a conservação da biodiversidade, incluindo serviços e produtos que os habitats naturais fornecem à sociedade, é fundamental para suas visões de desenvolvimento sustentável de longo prazo. Os Padrões de Desempenho Ambiental e Social da IFC definem as responsabilidades de seus clientes quanto à gestão do meio ambiente e de riscos sociais e se aplicam para todos os clientes de investimentos e consultorias cujos projetos passarão por um processo de revisão de crédito inicial na IFC. Os objetivos do Padrão de Desempenho 6 são:

- Proteger e conservar a biodiversidade.
- Manter os benefícios dos serviços ecossistêmicos.
- Promover a gestão sustentável dos recursos naturais vivos por meio da adoção de práticas que integrem as necessidades de conservação e as prioridades de desenvolvimento.

As condicionantes atreladas ao financiamento da implementação ou da operação de um projeto exigem que os responsáveis busquem evitar impactos sobre a biodiversidade e sobre os serviços ecossistêmicos. Quando não é possível evitar os impactos, medidas devem ser implementadas para minimizá-los e para restaurar a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos. Condicionantes diferenciadas são incorporadas aos projetos dependendo da natureza do habitat no qual eles estarão situados. Por exemplo, exigências mais restritivas se aplicam aos projetos em “Habitats Críticos” do que àqueles em “Habitats Naturais”.⁷⁰

Uma área especialmente relevante para a biodiversidade e que vem sendo reconhecida cada vez mais por sua importância no setor de turismo é o processo de se outorgar uma licença ou concessão para uma empresa operar em uma área específica, tal como um parque nacional, levando assim a uma vantagem econômica. O momento em que as concessões são tornadas públicas e negociadas representa uma

janela de oportunidade muito importante para a incorporação de exigências aos empreendimentos e ao funcionamento das empresas, incluindo sua gestão ambiental e o apoio à biodiversidade. Orientações sobre a outorga de concessões ao turismo em áreas protegidas foram assunto de vários estudos, inclusive de uma publicação recente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.^{71,72}



Capítulo 7

Notificação de Projetos Turísticos e Avaliação de Seus Impactos

Um fator determinante do impacto do turismo sobre a biodiversidade é a maneira com que se lida com as propostas específicas de empreendimentos. As Diretrizes estabelecem exigências de notificação de possíveis projetos, empreendendo estudos de impacto e tomando decisões sobre eles.

7.1 Comunicação prévia e notificação dos projetos de turismo

As Diretrizes contêm, ao final, uma seção sobre Notificações, que estipula que “as propostas para atividades e empreendimentos turísticos em locais específicos devem ser submetidas por meio de um processo de notificação”. Exige-se que os proponentes dos projetos forneçam aviso prévio, de modo completo e em período oportuno, dos empreendimentos propostos para todas as partes interessadas que possam ser afetadas. As informações que são exigidas deles estão definidas pelo parágrafo 84 das Diretrizes. Resumidamente, isso abrange detalhes do projeto; o mercado, a localização e o contexto legal; insumos necessários; impactos socioeconômicos e ambientais esperados; medidas para evitar e mitigar impactos adversos e maximizar os benefícios locais; e outras informações relevantes.

Embora não especificado nas Diretrizes, os empreendedores devem ser incentivados a levar plenamente em conta as políticas e planos nacional e local, incluindo as condições da biodiversidade e seus limites, antes de qualquer notificação prévia. Eles também devem ter um nível apropriado de diálogo

e consulta com os planejadores locais e outras partes interessadas. Isso reduzirá a probabilidade de propostas inadequadas serem apresentadas e poupará tempo dos proponentes, autoridades locais e outras partes interessadas. Isso deve ocorrer quando as propostas são ainda flexíveis e permitem um intercâmbio de ideias. A existência de um bom levantamento e de um plano local auxiliará enormemente essas primeiras discussões bem como o processo de estudo de impactos e tomada de decisão que se seguirá. Em algumas situações, o Estudo de Impactos Ambientais (EIA) pode ser proposto pelos empreendedores. Consequentemente, ao passo que o Governo é abordado para aprovar um EIA ou uma licença de construção, pode não haver obrigação de se notificar o público. A aplicação das Diretrizes, entretanto, ainda exigiria declarações públicas de qualquer projeto turístico cuja aprovação foi solicitada às Partes. A BirdLife International, a Conservação Internacional, o PNUMA-Centro Mundial de Monitoramento da Conservação e a IUCN oferecem uma ferramenta de apoio para avaliar empreendimentos e opções de investimento, conforme abaixo.



Quadro 13: IBAT para as Empresas

A Ferramenta Integrada de Avaliação da Biodiversidade (IBAT, na sigla em inglês) ajuda as empresas a incorporar considerações sobre a biodiversidade nas principais decisões sobre gerenciamento e planejamento de projetos durante as várias etapas do ciclo de vida de um projeto. O processo de apreciação e análise pode ajudar as companhias a identificar áreas de alto valor ecológico a se evitar durante o empreendimento e a restringir a locais específicos qualquer infraestrutura desenvolvida como parte do projeto. A IBAT pode ajudar a identificar as lacunas de informação que precisarão ser acompanhadas por pesquisas e consultas *in loco* a fim de entender a condição atual do local e a magnitude dos impactos potenciais de um projeto sobre espécies, comunidades e processos ecológicos.

A IBAT para empresas facilita o acesso aos seguintes conjuntos de dados em uma plataforma central integrada:

- Áreas protegidas nacionalmente designadas e reconhecidas internacionalmente (Banco de Dados Mundial de Áreas Protegidas).
- Sítios nacionais de importância para a conservação global (Áreas-Chave para a Biodiversidade, Áreas Importantes para a Preservação das Aves e sítios definidos pela Aliança para Extinção Zero).
- Espécies mundialmente ameaçadas (Lista Vermelha da IUCN).⁷³

7.2 Requisitos, Conteúdo e Procedimentos do Estudo de Impactos Ambientais

Um Estudo de Impactos Ambientais (EIA) busca garantir que os efeitos ambientais das propostas de importantes projetos e empreendimentos sejam plenamente investigados, compreendidos e levados em conta antes que se decida se eles devem prosseguir. As Diretrizes exigem que os proponentes devem

avaliar os impactos dos empreendimentos e fornecer informações sobre esses por meio de um processo de notificação. Exige-se, posteriormente, que os governos apreciem se esses estudos de impacto são adequados. Eles podem exigir um outro estudo de avaliação que pode precisar ser financiado pelo

proponente e ser realizado por pessoal devidamente qualificado. As Diretrizes também enfatizam fortemente a necessidade de um processo transparente e compreensível, concedendo tempo suficiente para consulta, envolvimento e contribuições de todas as partes interessadas. Ocasionalmente, quando novas políticas, instrumentos econômicos e marcos legais são postos em prática, uma Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) pode ser indicada e pode seguir as mesmas diretrizes. Atenção especial deve ser dada aos povos indígenas e às comunidades locais. Chama-se a atenção para as diretrizes da CDB de incorporação de questões relativas à biodiversidade no EIA⁷⁴ e para as diretrizes Akwe:Gon relativas aos povos indígenas e às comunidades locais.⁷⁵

A Convenção também preparou, como observado pela Conferência das Partes para a CDB em sua decisão XI/18, diretrizes voluntárias para a consideração da biodiversidade nos estudos de impacto ambiental e para as avaliações ambientais estratégicas, escritas especificamente para a biodiversidade em áreas marinhas e costeiras, inclusive em áreas fora da jurisdição nacional, de acordo com o Artigo 4 da Convenção. A COP11 reconheceu que essas diretrizes voluntárias escritas para áreas marinhas e costeiras seriam mais úteis para atividades que não são reguladas atualmente, carecendo de procedimentos para avaliar impactos, e observou que as anotações se destinam a tratar da gama de ecossistemas marinhos e costeiros, inclusive de questões relativas a áreas fora da jurisdição nacional. Essas diretrizes voluntárias estão disponíveis como PNUMA/CDB/COP/11/23.⁷⁶

A condução dos EIAs deve seguir procedimentos amplamente estabelecidos mesmo se eles diferirem entre as Partes da CDB. A necessidade de um EIA para qualquer empreendimento proposto é geralmente estabelecido por um marco ou regulamentação legais, e pode ser compulsório (por exemplo, em áreas protegidas) ou discricionário. É habitual realizar uma triagem inicial das propostas para determinar se há possíveis impactos que gerem preocupações suficientes para se solicitar um estudo detalhado ou em larga escala. Na maioria dos países, apenas certos componentes do setor de turismo (tais como grandes hotéis, resorts ou empreendimentos na marina) e tipos específicos de empreendimentos turísticos (tais como aqueles com componentes de infraestrutura de grande escala ou aqueles nas categorias de uso restrito do solo) estão sujeitos a estudos de impacto ambiental do projeto baseados em uma abordagem ecossistêmica.⁷⁷ Isso dependerá da escala e do tipo de projeto e da vulnerabilidade ou sensibilidade dos ecossistemas locais que podem estar nas imediações do projeto. Deve também haver um exercício de apreciação e análise para determinar questões fundamentais que precisam ser investigadas e devem ser asseguradas consultas públicas e notificações de resultados.

As Diretrizes incluem uma longa lista de tópicos que podem ser incluídos em um EIA de um projeto turístico proposto (parágrafos 41-43). Esses são agrupados de acordo com os impactos sobre o meio ambiente e a biodiversidade (p.e., uso do solo e de recursos, poluição e gestão de resíduos, riscos à biodiversidade); os impactos socioeconômicos e culturais (p.e., sobre atividades tradicionais, estruturas sociais, e sítios culturais); e os benefícios potenciais do turismo (p.e., preservação de recursos naturais, geração de empregos e de meios de subsistência alternativos).

A natureza peculiar do turismo aponta para a necessidade de se dar atenção especial para vários fatores que podem nem sempre ser aparentes ao planejar os EIAs. Esses incluem:

A volatilidade do mercado. O turismo pode sofrer com crises imprevisíveis, exigindo um planejamento empresarial cuidadoso. Se suas receitas estão vinculadas a mecanismos de conservação por retribuição financeira (*payback*) ou a concessões à comunidade, as consequências dos níveis flutuantes de rendimentos, sobre os quais há geralmente custos fixos, para o meio ambiente e para a comunidade local precisam ser consideradas. Probabilidades marginais, impactos indiretos ou cumulativos e falta de clareza. Muitas atividades e projetos turísticos podem parecer como de pequena escala, mas terem um claro papel catalisador e expandirem para além de seu plano original ou terem impactos fora da sua área imediata de operação (p.e., poluição sonora, do ar ou da água) e assim afetar uma biodiversidade distante. Além disso, os custos e os benefícios de um projeto específico sobre os serviços ecossistêmicos podem ser impactos cumulativos de múltiplos projetos anteriores. Assim, há frequentemente uma falta de clareza se um estudo de impacto é necessário e qual escala de impactos ele deve considerar. Isso deve ficar tão claro quanto possível nas diretrizes de planejamento.

Em alguns países, descobriu-se que, embora os EIAs sejam conduzidos para projetos turísticos em áreas sensíveis, eles não têm sido completamente eficazes.⁷⁸ Isso pode ocorrer porque os proponentes, interessados em maximizar os lucros, podem ter subestimado os riscos e os órgãos responsáveis por regular o turismo e a biodiversidade podem não ter revisado o EIA para uma avaliação objetiva e não enviesada, ou então os EIAs foram realizados muito tardiamente ou não foram capazes de influenciar a configuração do projeto e até mesmo, algumas vezes, a decisão final. Há problemas mais gerais de consulta insuficiente, falta de observância aos resultados e às recomendações e, em alguns casos, requisitos de licenciamento que não são auditáveis, factíveis ou executáveis.⁷⁹ Há uma necessidade de se prevenir contra essas falhas.

Quadro 14: As Diretrizes dos EIAs para o Setor de Turismo no Quênia

Após uma revisão de toda a legislação, políticas e melhores práticas relacionadas ao turismo, o Ministério de Turismo e Meio Ambiente do Quênia desenvolveu Diretrizes para os Estudos de Impacto Ambiental, especificamente para o setor de turismo. Essas visaram garantir que as decisões sobre atividades e projetos turísticos propostos sejam ambientalmente sustentáveis. Um grupo de trabalho foi estabelecido, compreendendo o Ministério de Turismo e Meio Ambiente, a Agência Nacional de Gestão Ambiental, o Serviço de Vida Selvagem, o Ministério do Interior, o Conselho de Turismo, a Federação de Turismo e a Sociedade de Ecoturismo. Um projeto foi objeto de revisão final pelas partes interessadas do setor de turismo antes do lançamento final em novembro de 2007.⁸⁰

7.3 Tomada de decisões em projetos de turismo

Um outro ponto das Diretrizes se refere à tomada de decisões. Uma decisão sobre um projeto turístico deve ser fundamentada por quaisquer políticas e planos locais relevantes existentes e pelo resultado do estudo de impacto ambiental. Isso pode resultar em:

Aprovação da proposta.

Aprovação sujeita a certas condicionantes específicas, que podem incluir monitoramento bastante detalhado, mitigação ou outras medidas de gestão. Uma solicitação de novas informações.

Um adiamento da decisão, talvez aguardando que uma investigação mais aprofundada seja realizada.

Recusa de concessão de permissão, com razões apresentadas.

As Diretrizes exigem que as tomadas de decisão sejam transparentes e responsáveis e que apliquem o princípio da precaução. Embora a decisão sobre a aprovação do empreendimento possa caber ao governo nacional ou local, ela deve ser embasada pela participação de todas as partes interessadas relevantes. Isso deve incluir consultas significativas aos povos indígenas e às comunidades locais afetadas pelos projetos, levando em conta todas as questões de direitos de uso da terra, costumes e conhecimento tradicional. O princípio de consentimento informado prévio deve ser respeitado e pode ser uma exigência legal em alguns países.



Ecoturismo em manguezal, Quênia – As mulheres do povoado construíram uma passarela através de uma floresta de mangue para oferecer passeios educativos que sensibilizem para a importância dos manguezais.

Créditos: 25kim (www.flickr.com/photos/equilibrate)

Quadro 15: Q Station, North Head, Sydney – Aprovação condicional do plano

A North Head é uma das várias áreas fragmentadas que compõem o Sydney Harbour National Park, uma área protegida de Categoria V pela IUCN. Em 2001, o Mawland Group, um empreendedor privado, propôs arrendar o local da antiga estação de quarentena, pertencente ao órgão governamental responsável pelos Parques Nacionais e Serviço de Vida Selvagem de New South Wales, e converter os prédios em um hotel de luxo, ajudando assim a assegurar e conservar as estruturas, que são parte importante do patrimônio da Austrália. Após um EIA muito aprofundado, que identificou um grande número de impactos potenciais à biodiversidade, o plano do empreendimento foi significativamente alterado e uma aprovação condicional do plano foi concedida. As condicionantes de aprovação incluíram, entre outras:

- uma auditoria ambiental abrangente a ser realizada durante a fase de construção do projeto.
- a manutenção de um regime acordado de monitoramento, com medidas adaptáveis de gestão a serem aplicadas caso certos indicadores se excedam (por exemplo, o monitoramento de mortes de bandicoot-de-focinho-comprido, uma importante espécie endêmica, nas estradas).
- outras auditorias ambientais abrangentes a serem realizadas em intervalos de cinco anos.⁸¹



Capítulo 8

Iniciativas de Gestão para Apoiar a Biodiversidade por meio do Turismo

Além do planejamento e do desenvolvimento de ferramentas e processos de controle, uma gama de atividades práticas de gerenciamento podem ser realizadas in loco para reduzir os impactos negativos sobre a conservação decorrentes do turismo e para obter benefícios com isso. Essas atividades têm relação com o ponto das Diretrizes sobre Gerenciamento e Mitigação e podem recorrer a experiências mais amplas, especialmente no campo da gestão de áreas protegidas.

8.1 Dimensões e Objetivo do processo de Gestão

As Diretrizes listam uma ampla gama de problemas e de impactos potenciais que podem ser abordados por meio de gestão (Parágrafo 49). Muitos desses se relacionam a ações práticas para reduzir impactos negativos, mas eles também incluem uma gama de ações que as Diretrizes se referem como “atividades de apoio ao turismo sustentável que possuem um interesse comercial direto ao manter em boas condições os ecossistemas vulneráveis”.

Algumas ações de gestão estarão preocupadas com mitigar os impactos existentes e os possíveis impactos futuros do turismo. Essas devem seguir a hierarquia de mitigação, um conjunto de medidas prioritárias para atenuar tanto quanto possível o dano ambiental ao evitar, minimizar (ou reduzir) e reparar os impactos prejudiciais à biodiversidade. A compensação ambiental deve ser considerada para abordar os impactos restantes, somente após as medidas apropriadas para evitar, minimizar e reparar

os impactos terem sido aplicadas. Uma oportunidade única é utilizar a atividade de gestão para angariar apoio para a conservação, tanto financeiro quanto político, direta e indiretamente dos visitantes e do setor de turismo.⁸²

As Diretrizes não são explícitas sobre quais órgãos podem ou devem conduzir e implementar a gestão in loco. Esses podem ser governos locais ou autoridades da área protegida, donos e administradores de propriedades, organismos do setor privado, ONGs de conservação ou organismos comunitários, entre outros. Um desafio considerável em muitos países é a falta de recursos humanos e financeiros para a gestão.

Independentemente do agente administrativo, as ações de gestão podem ser amplamente divididas entre aquelas destinadas, respectivamente, às empresas de turismo, aos visitantes e às comunidades locais.

8.2 Trabalhando com empresas de turismo para apoiar a conservação

O engajamento com empresas de turismo para promover e realizar ações de manejo e para apoiar a conservação pode tomar várias formas. Os exemplos das atividades mais comuns incluem:

- Verificação das ações de manejo e de mitigação exigidas das empresas como uma condição para a aprovação dos empreendimentos.

- Incentivar e apoiar as empresas em suas próprias iniciativas individuais de manejo e conservação.

- Incentivar os funcionários das empresas de turismo a atuar como defensores da conservação da biodiversidade em suas comunidades.

- Cobrar dos detentores de concessões e de outras empresas taxas de aluguel e de utilização, com as receitas utilizadas para a conservação.

- Impor maiores encargos e impostos de gerenciamientos locais.

- Criar e promover oportunidades específicas para as empresas de turismo patrocinarem projetos locais de conservação ou proporcionarem administração voluntária das áreas.

- Incentivar ou exigir que as empresas cobrem uma taxa de seus visitantes, por exemplo em nome das comunidades locais, para apoiar suas atividades de manejo e de conservação ou seu bem-estar geral.

- Incentivar propostas de turismo bem planejadas que permitam a participação voluntária dos visitantes em trabalhos práticos de conservação (“turismo voluntário”).

- Estabelecer parcerias atuantes entre as detentoras de concessões locais ou outras empresas e o governo local ou autoridades das áreas protegidas a fim de planejar e realizar iniciativas conjuntas. As parcerias podem também incluir ONGs e organismos das comunidades locais.



Quadro 16: Nurture Lakeland, Lake District National Park, Reino Unido

A Nurture Lakeland desenvolveu um Programa de Retribuição Financeira (*payback*) feita pelos visitantes dentro do Lake District National Park, Reino Unido, o que permite aos visitantes contribuir para a gestão da paisagem por meio de uma pequena doação, frequentemente por meio das empresas de turismo participantes. Esse exemplo prático de Pagamento por Serviços Ecossistêmicos (PSE) permitiu que os beneficiários diretos (turistas) e indiretos (empresas) do ambiente natural ofereçam apoio para sua restauração e manejo. As empresas têm a oportunidade de apoiar um de três projetos, inclusive o Projeto Águia-Pesqueira, que apoia a recolonização da área pela espécie *Pandion haliaetus*, presente na Lista Vermelha da IUCN (preocupação menor). A Nurture Lakeland angariou quase 2 milhões de libras em doações durante um período de 18 anos por meio de todos os seus programas.⁸³

8.3 Gestão de Visitantes e Benefícios à Conservação

Uma enorme variedade de ações de gestão pode influenciar o impacto dos visitantes sobre o ambiente local. Os locais com grandes volumes de visitação devem ter planos independentes de gestão de visitantes; ações que sejam relevantes para outros pontos devem ser indicadas nos planos gerais de turismo. As áreas de atuação incluem:

Manter os volumes e fluxos de visitação em níveis inferiores às metas e aos possíveis limites de capacidade e cotas em sítios sensíveis.

Fornecer infraestrutura aos visitantes, tais como trilhas e estacionamentos, que sejam bem planejados e projetados para minimizar os impactos à biodiversidade.

Influenciar comportamentos por meio de informações gerais e específicas aos visitantes, antes e durante as visitas.

Fortalecer o entendimento das causas conservacionistas e o apoio a elas por meio de recursos interpretativos eficazes.

Estabelecer encargos apropriados para o ingresso ou para atividades específicas em certos locais.

Estabelecer taxas aos visitantes ou buscar doações voluntárias para apoiar as causas conservacionistas locais, possivelmente arrecadas por meio das empresas como mencionado acima.

Estabelecer oportunidades dos visitantes se engajarem em atividades voluntárias de conservação.

Os rendimentos diretos e indiretos que são obtidos dos visitantes e das empresas de turismo dessa maneira devem ser alocados preferencialmente para apoiar a gestão local e as iniciativas e causas conservacionistas. Um *feedback* a respeito do seu uso deve ser oferecido às empresas e aos visitantes.



Quadro 17: Planos de Gestão de Visitantes para a Geórgia do Sul

O objetivo principal da política de gestão do turismo para as Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul é permitir o acesso dos visitantes e, ao mesmo tempo, assegurar a proteção continuada do ambiente único da ilha, incluindo sua flora, fauna e patrimônio cultural. As embarcações que pretendam visitar quaisquer das ilhas necessitam de uma autorização, com condicionantes vinculadas a ela. Os planos de gestão de visitantes estão em vigor para locais específicos, que especificam o tamanho e o número de navios que podem atracar por dia, e detalham os preparativos de desembarque e as rotas a serem seguidas para visitar sítios de vida selvagem como as colônias de Pinguim-Rei.⁸⁴

Embora os passageiros individuais não precisem fazer requerimentos para a visita, o Governo preparou um documento com informações sobre muitos aspectos da visita, incluindo a conduta em terra firme, as diretrizes de proteção à vida selvagem e os protocolos de biossegurança em vigor para proteger a frágil ecologia das Ilhas Geórgia do Sul e Sandwich do Sul.⁸⁵

8.4 Trabalhando com as comunidades locais para apoiar a conservação

Há várias maneiras pelas quais as comunidades locais podem se beneficiar do turismo, ao exigir atividades de gestão de apoio. Em países em desenvolvimento, uma gama de mecanismos que vinculam os gastos com turismo à diminuição da pobreza foi indicada pela OMT.⁸⁶ A extensão na qual isso pode resultar em benefícios para a biodiversidade dependerá em parte do impacto das fontes atuais de subsistência da comunidade e se as possíveis oportunidades relacionadas ao turismo terão um impacto menos negativo. Isso deve ser considerado no planejamento de ações relevantes. O envolvimento com atividades turísticas baseadas em vivências da vida selvagem, da natureza e/ou da biodiversidade pode, mais provavelmente,

sensibilizar a comunidade sobre a relação entre seus meios de subsistência e a conservação.

Empresas do setor privado de turismo são muito importantes para gerar benefícios às comunidades locais, ao proporcionar empregos e um mercado a varejo para seus bens e serviços. Entretanto, em alguns locais, há potencial para que organismos individuais ou comunitários locais estabeleçam suas próprias empresas, vendendo diretamente aos visitantes que estão chegando. Para que tais empresas sejam bem-sucedidas, elas devem cumprir com as expectativas dos visitantes e ter acesso suficiente aos mercados, incluindo vínculos com empresas estabelecidas. Isso exige capacitação significativa.⁸⁷

Quadro 18: Kabu Tours

A Wildlife Conservation Society (WCS) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o Ministério do Meio Ambiente e Recursos Naturais (MARENA) ajudou a estabelecer a Kabu Tours na costa caribenha da Nicarágua. Trata-se de uma pequena operadora de passeios locais que oferece passeios ecológicos com guias para o Refúgio de Vida Selvagem de Cayos de Perlas e para a comunidade Misquito, em Kahkabila. Essa iniciativa comunitária de turismo busca reduzir a pressão da pesca de tartarugas marinhas no Refúgio, ao proporcionar meios de subsistência sustentáveis aos pescadores de tartarugas marinhas. Para reduzir o impacto sobre o Refúgio, os pescadores foram treinados pela WCS para conduzir viagens durante a noite ao Refúgio, onde são fornecidas aos visitantes vivências educativas que incorporam o conhecimento sobre tartarugas marinhas reunido durante anos de pesquisas conduzidas pelos biólogos marinhos da WCS.⁸⁸



Capítulo 9

Monitoramento, Elaboração de Relatórios e Gestão Adaptável dos Impactos do Turismo sobre a Biodiversidade

Qualquer processo que envolva o planejamento e a implementação de ações para atingir as metas e os objetivos desejados deve incluir um elemento de monitoramento de resultados e de impactos, que pode então orientar quaisquer mudanças necessárias no plano e em sua execução.

9.1 O que precisa ser monitorado?

As Diretrizes apontam para uma diversidade de tópicos (biodiversidade, condições sociais e econômicas, desempenho do turismo) que deveriam ou poderiam estar sujeitos a monitoramento. Entretanto, elas não fornecem qualquer especificidade ou priorização. Informações de levantamento obtidas inicialmente devem fundamentar o processo de monitoramento e ser usadas para mensurar as mudanças (ver Seção 4 deste Manual).

É importante distinguir entre o monitoramento de medidas administrativas, resultados e impactos. As medidas são ações tomadas como parte do processo de gestão. Monitorar as medidas pode ser visto como monitorar o avanço em direção a um planejamento e a uma gestão mais eficazes em concordância com as Diretrizes. As ações tomadas devem ser registradas e relatadas. Tópicos prioritários incluem, por exemplo:

- Estabelecimento de estruturas setoriais e níveis de engajamento.
- Melhoria da avaliação, realização e divulgação de planos.
- Número de projetos de empreendimentos turísticos avaliados e decisões tomadas.
- Ações de gestão tomadas.

Os resultados são respostas às ações e referem-se ao cumprimento das metas e dos objetivos gerais. Monitorar os resultados requer um processo de obtenção de feedbacks dos setores direta ou indiretamente envolvidos. Os tópicos prioritários incluem, por exemplo:

As condicionantes incorporadas aos projetos, monitorando seu grau de observância.

Níveis de participação em ações e em quaisquer resultados obtidos.

Porcentagem de empresas de turismo realizando a gestão ambiental.

Receitas angariadas de empresas e visitantes para apoiar a conservação.

Nível de engajamento da comunidade local ao turismo e de consciência do valor da biodiversidade.

Aumento da área protegida designada.

Os impactos são mudanças ambientais ou socioeconômicas significativas, que se relacionam a metas abrangentes e que podem ser de longo prazo. O monitoramento dos impactos pode ser mais difícil, especialmente em termos de estabelecimento de causalidade ao se vincular a ações prévias, mas a tarefa prioritária é acompanhar de perto quaisquer mudanças na condição da biodiversidade ou de outros fatores de interesse ambiental e socioeconômico. Entre os tópicos prioritários estão, por exemplo:

As condições da biodiversidade – tendências populacionais de espécies-chave, área de habitat perdido ou restaurado.

Mudança nos graus de ameaça à biodiversidade.

Números de visitantes, tempos de estadia e gastos.

Taxa de ocupação e desempenho das empresas de turismo.

Rendimento e empregos locais por conta de atividades turísticas sustentáveis.

9.2 O processo de monitoramento e de elaboração de relatórios

O monitoramento deve ser planejado e implementado como um processo participativo, coordenado por um grupo multissetorial responsável por planejar um turismo sustentável. Órgãos governamentais, empresas de turismo, ONGs, grupos comunitários e visitantes devem estar engajados no monitoramento e na comunicação. Os empreendedores recentes devem elaborar relatórios sobre a sua observância às condicionantes especificadas no processo de aprovação e sobre a respectiva situação da biodiversidade do sítio, monumento natural ou ecossistema.

Um conjunto de indicadores que reflitam os tópicos listados acima deve ser identificado. Em princípio, é melhor ter um pequeno número de indicadores que funcionem bem do que um número maior que seja difícil de monitorar. Os indicadores devem ser pertinentes ao tópico, viáveis de se monitorar com baixo custo e com dados verossímeis, claros e

compreensíveis, e comparáveis ao longo do tempo. Reflexão considerável foi aplicada ao desenvolvimento de indicadores para o turismo,⁸⁹ e de indicadores para a biodiversidade.⁹⁰ Idealmente, os indicadores devem ser acordados em uma fase inicial do processo de planejamento, avaliação e gestão de qualquer empreendimento ou projeto turístico.

O monitoramento deve ser um processo contínuo, com, no mínimo, um relatório por ano sobre os principais indicadores. Determinar meios eficazes e eficientes de verificação dos dados coletados para os diferentes indicadores identificados é também frequentemente um desafio. Fontes de dados existentes, pesquisas aplicadas (a visitantes, empresas e comunidades locais) e observações metódicas devem ser utilizadas.⁹¹ Os resultados devem estar disponíveis ao público e serem divulgados ativamente por meio da elaboração de relatórios.



Quadro 19: Monitoramento da Experiência dos Visitantes e dos Impactos em Yosemite

O Parque Nacional de Yosemite estabeleceu um Programa de Monitoramento de Visitação e de Impactos para coletar informações sobre a extensão dos impactos induzidos pelo homem sobre os recursos naturais e culturais e sobre a experiência dos visitantes. Um processo transparente e rigoroso envolvendo uma variedade de setores foi utilizado para selecionar e implementar indicadores e estabelecer padrões de monitoramento. Por exemplo, o processo de seleção de indicadores para o Plano do Rio Merced envolveu consultas a vários grupos de planejadores do parque, de gestores de recursos, de empreiteiras e de uma parcela dos funcionários da unidade, abrangendo todas as divisões do parque. Todos os aspectos dos métodos de amostragem em campo e os protocolos de análise associados com o Programa são orientados por um Guia de Monitoramento de Campo atualizado. Os indicadores e os padrões ajudam a orientar as decisões de gestão, e as atualizações do guia de monitoramento em campo e os relatórios anuais são disponibilizados online ao público.⁹²



Quadro 20: Engajando os turistas no monitoramento

O envolvimento dos turistas no monitoramento pode proporcionar uma útil fonte adicional de dados bem como ajudar a assegurar seu compromisso com a conservação e seu apoio a ela. Na República Democrática Popular do Laos, o Safári Noturno Nam Nern, apoiado pela Wildlife Conservation Society, é um tour de 24 horas com embarcações para a parte central da Área Protegida Nacional de Nam Et-Phou Louey. O passeio envolve o uso de lâmpadas para observar a vida selvagem, quando os barcos de caudas longas descem o Rio Nam Nern procurando por animais selvagens e ameaçados. Os turistas são convidados a preencher um formulário de monitoramento da vida selvagem para registrar o que eles viram. Muito dos rendimentos do passeio sustenta um fundo de desenvolvimento do povoado, que é compartilhado igualmente entre os 14 povoados que circundam a área. Além de serem pagos pelos serviços que fornecem, os moradores do local também recebem um bônus com base no número de animais selvagens vistos pelos turistas.⁹³

9.3 A necessidade de flexibilidade e adaptação

As Diretrizes advogam por gestão adaptável, o que requer uma abordagem flexível, com uma habilidade para rever e alterar rapidamente ações de gestão em face de mudanças. Isso pode ser estimulado por resultados do processo de monitoramento ou por eventos imprevisíveis, tais como desastres naturais ou ameaças à segurança que afetem o turismo.

As Diretrizes salientam a necessidade de diálogos contínuos entre os gestores de turismo e os gestores

da biodiversidade em resposta a resultados e eventos. Quando a biodiversidade pode ser ameaçada, o princípio da precaução deve ser seguido. Uma gestão adaptável também exige a cooperação entre todas as partes interessadas, e notavelmente das empresas de turismo, que devem estar preparadas para discutir e acordar quaisquer mudanças necessárias e para dar respostas rápidas se necessário.



Capítulo 10

Sensibilização e capacitação para o Turismo e a Biodiversidade

Esses dois tópicos, que são críticos para a tomada e a manutenção de boas práticas, são abordados em uma seção final das Diretrizes.

10.1 Sensibilização sobre os problemas de biodiversidade por meio do turismo

As Diretrizes exigem campanhas educativas e de sensibilização a respeito dos impactos do turismo sobre a biodiversidade, de boas práticas nessa área, e da relação com o patrimônio cultural e a utilização de terras tradicionais e os meios de subsistência dos povos indígenas e das comunidades locais. Atenção específica deve ser dada aos processos de comunicação que são executados profissionalmente e que fazem uso das mídias mais relevantes. As Diretrizes apontam para vários públicos-alvo, identificados abaixo.

Os povos indígenas e as comunidades locais devem estar conscientes do valor da conservação e da proteção de sua biodiversidade e de suas atrações naturais para sustentar uma fonte viável de receitas do turismo. Sensibilização inicial deve ser realizada antes de empreender o turismo em uma área com comunidades e antes dos benefícios serem compartilhados. Encontros regulares, talvez anualmente ou mais frequentemente, devem ser realizados para desenvolver a consciência sobre os principais vínculos entre a conservação e o turismo.

Turistas. Visitantes domésticos e internacionais devem estar mais conscientes dos impactos para a biodiversidade provocados pelas suas atividades e pelas instalações e serviços que eles escolhem utilizar. Campanhas podem ser direcionadas para aqueles grupos de usuários com maiores volumes ou maiores taxas de impactos sobre recursos específicos. Isso pode ser realizado por meio do trabalho com vários canais de comunicação diferentes, incluindo:

Escritores sobre viagens bem como meios de comunicação em geral, incluindo editores, guias e informações online.

Operadoras de viagens locais e internacionais, incluindo companhias e marcas especializadas em viagens para áreas naturais e com atividades de aventura bem como aquelas que operam para um mercado mais geral. Números crescentes de operadoras e redes de turismo estão adotando a

sustentabilidade em suas operações e posicionamentos no mercado, incluindo o engajamento em programas de certificação. Elas precisam estar mais conscientes da contribuição da biodiversidade para isso e das mensagens pertinentes a serem utilizadas.

Mídias sociais baseadas na Internet, incluindo o uso de blogs de viagem, páginas do Facebook, feeds do Twitter e interação com processos de avaliação gerados pelos consumidores.

Ministérios governamentais importantes. Este tópico está parcialmente relacionado às estruturas e diálogos intragovernamentais, como abordado na Seção 3. Entretanto, um apoio maior poderia ser dado a iniciativas nacionais, regionais e globais para divulgar ainda mais o turismo como uma ferramenta para o desenvolvimento sustentável, incluindo sua contribuição para os meios de subsistência rurais e para a biodiversidade, especialmente com os importantes ministérios responsáveis pelo desenvolvimento e pelas finanças bem como os ministérios de meio ambiente e de turismo.

Empresas de turismo. Empresas individuais (formais e informais) e organismos relacionados ao comércio estarão engajados em estruturas e processos multissetoriais, obtidos por meio de várias abordagens como descrito nas Seções 3, 5 e 6. Mais poderia ser feito para divulgar as questões relativas à biodiversidade por meio de campanhas em mídias especializadas regionais e globais e em colaboração com organismos relevantes relacionados ao comércio.

Organismos educacionais. Instituições acadêmicas, técnicas e de pesquisa devem abordar as relações entre biodiversidade e turismo em suas atividades e ensino. Isso é particularmente importante para atingir o pessoal atual e futuro que toma decisões relevantes em diferentes níveis e que faz a interface com os visitantes.

Quadro 21: Eventos de formação e de treinamento sobre turismo e biodiversidade

Em 2013-2014, a OMT organizou ou apoiou vários eventos especificamente sobre turismo e biodiversidade, que serviram tanto para fins de sensibilização quanto de capacitação. Esses eventos incluíram:

- A colaboração com a Convenção de Ramsar sobre turismo sustentável em zonas úmidas, com o lançamento da publicação “Zonas Úmidas Turísticas: Apoiando o Turismo Sustentável” (Destination Wetlands: Supporting Sustainable Tourism). Essa publicação demonstra por meio de 14 estudos de caso como as práticas de turismo sustentável nas zonas úmidas e ao redor delas pode contribuir para a conservação, o crescimento econômico, a redução da pobreza e o apoio à comunidade local. Ela é destinada a gestores, planejadores e empresas e também a um evento de formação durante o Dia Mundial das Zonas Úmidas para informar os turistas sobre o valor das zonas úmidas.^{94, 95}
- Curso de capacitação (12 dias): “Compreendendo as Tendências do Turismo e a Conservação da Biodiversidade para o desenvolvimento de Produtos e Marketing Inovadores”.⁹⁶
- Seminário “Transformando os Funcionários do Setor de Turismo em Defensores da Proteção da Biodiversidade e do Meio Ambiente”. Com base em mensagens e técnicas de formação muito simples, esses seminários foram realizados em comunidades costeiras de três países africanos e destinados aos funcionários do setor de turismo que tinham o potencial de incentivar colegas e outros membros da comunidade a ajudar a proteger o meio ambiente.⁹⁷
- Seminários organizados em Gana e na Tanzânia.⁹⁸

10.2 Capacitação e mobilização de recursos

A disponibilidade de capacidades (técnicas, institucionais e financeiras) suficientes para realizar os processos de planejamento e gestão descritos nas Diretrizes e delimitados neste Manual é um requisito fundamental.

Um primeiro item de atuação deveria ser a realização de uma auditoria e de uma revisão dos níveis de capacidade existentes entre as partes interessadas pertinentes, especialmente entre aqueles que devem liderar o processo de planejamento e gestão, mas também outros que precisarão de uma certa capacitação a fim de contribuir como participantes ativos e eficazes.

A disponibilidade limitada de capacidades (tais como técnicas de engajamento dos setores, coleta de dados e análise quantitativa, planejamento estratégico, estudos de impacto e projeções de impactos utilizando dados científicos e modelos de computador) dentro dos governos pode ser uma barreira crítica para o sucesso. Isso se aplica ao âmbito nacional, mas mais especialmente para os governos

locais, incluindo as autoridades das áreas protegidas. Recursos humanos e financeiros insuficientes são frequentemente o maior desafio, exigindo mobilização eficaz de recursos. A criação de bancos de dados regionais de indicadores-chave dos impactos do turismo sobre a biodiversidade contribui para monitorar as mudanças de longo prazo.

O intercâmbio do conhecimento local pode ser cada vez mais facilitado por meio de sistemas on-line para aprendizado, de plataformas compartilhadas para os dados, e do desenvolvimento de sistemas globais que realçam onde a vulnerabilidade à biodiversidade é maior, e onde a capacidade pode ser menor. Tais pontos devem estar sob revisão constante para permitir que instituições globais trabalhem para fortalecer a capacidade institucional de organizações locais em gerir os impactos do turismo sobre a biodiversidade. Isso deve incluir a implementação e a divulgação de projetos de demonstração, que sigam as Diretrizes, em áreas de vulnerabilidade significativa à biodiversidade e de interesse turístico.



Quadro 22: Exemplos de programas de transferência de técnicas empresariais para o desenvolvimento do ecoturismo

O turismo é considerado por muitas organizações conservacionistas um dos setores com o maior potencial de vincular a conservação ao desenvolvimento econômico. Entretanto, com experiência limitada em negócios, os produtos e serviços turísticos que elas apresentam podem falhar em ganhar mercado, o que pode ter um efeito negativo sobre os esforços de conservação. Essa situação pode ser resolvida por meio da transferência da riqueza de conhecimento e de experiência que existe no setor de turismo para as organizações conservacionistas, apoiando-as em seus esforços de planejar produtos de ecoturismo economicamente viáveis e que também contribuam para a conservação da natureza. Desde 2011, o Programa Negócios e Biodiversidade da IUCN tem organizado treinamentos em parceria com a principal operadora de turismo europeia, a Kuoni. A empresa contribuiu para o planejamento das seções de treinamento, mas, mais importante, trouxe exemplos da vida real e perspectiva profissional para aquelas seções, ao envolver nelas os especialistas de áreas técnicas da empresa, tais como saúde e segurança, marketing e desenvolvimento de produtos.

A Kuoni busca incluir em seus pacotes tantos produtos desenvolvidos pelas organizações conservacionistas quanto possível, contanto que eles cumpram seus padrões.⁹⁹ Foram publicadas ferramentas para apoiar as seções de treinamento, tais como “Integrando Técnicas Empresariais nas Operações de Ecoturismo”.¹⁰⁰

Outro exemplo bem-sucedido é o programa “Melhores Práticas em Ecoturismo”, executado pela Sociedade Brasileira de Ecoturismo com o apoio do Fundo Nacional para a Biodiversidade (FUNBIO), um inovador mecanismo financeiro sem fins lucrativos para o desenvolvimento de estratégias que contribuam para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica no Brasil.¹⁰¹



Quadro 23: Exemplos de fortalecimento do desenvolvimento de uma governança para o turismo sustentável

No âmbito do Projeto de Turismo Costeiro na África, a OMT desenvolveu uma metodologia para fortalecer a governança e a gestão sustentáveis do turismo em áreas costeiras, o que inclui componentes de avaliação, capacitação e planejamento de ações. A metodologia foca em cinco aspectos principais:

- (a) Planejar a zona costeira para o turismo sustentável.
- (b) Influenciar os empreendimentos turísticos, inclusive fortalecendo os Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e o uso de diretrizes e incentivos.
- (c) Influenciar a operação de empresas de turismo, incluindo o fortalecimento de sistemas de gestão ambiental (SGA) para as empresas de turismo bem como o uso de processos de inspeção e de certificação.
- (d) Gerir o ambiente para o turismo, incluindo ações para a gestão de resíduos e para a conservação da biodiversidade.
- (e) Contribuir com os meios de subsistência da comunidade, incluindo o fortalecimento de empregos locais, de cadeias logísticas locais e do desenvolvimento de empresas locais.

A metodologia começou com estudos no âmbito do país e do destino para identificar lacunas, necessidades e opções para uma governança e uma gestão sustentáveis do turismo. Com base nos resultados desses estudos, foram preparados planos de ação feitos sob medida para cada país e destino, apresentando diferentes intervenções necessárias para fortalecer os processos de governança e gestão sustentáveis do turismo. Subsequentemente, seminários regionais foram organizados para sensibilização e capacitação sobre o tópico. A metodologia de governança e gestão sustentáveis do turismo desenvolvida para os destinos costeiros pode ser igualmente utilizada para fortalecer, com pequenas adaptações, outros destinos turísticos com um alto nível de biodiversidade.¹⁰²



Capítulo 11

Elaboração de Relatórios sobre Turismo e Biodiversidade e a Aplicação das Diretrizes

A fim de avaliar os impactos do turismo sobre a biodiversidade e a extensão na qual eles estão sendo abordados, é importante que informações relevantes sejam reunidas e compartilhadas por meio de um processo sistemático de elaboração de relatórios.

O Secretariado da CDB incentiva todas as Partes a relatar voluntariamente suas experiências e seu envolvimento com as questões relativas ao turismo e à biodiversidade. Esse relatório deve ser integrado aos Relatórios Nacionais submetidos pelas Partes. Orientação adicional sobre a estrutura dos Relatórios Nacionais pode ser encontrada em outras publicações.^{103,104}

A elaboração dos relatórios deve indicar qualquer uso conhecido e específico das Diretrizes. Onde as Diretrizes não podem ser utilizadas como tais, informações devem ser fornecidas sobre o nível de observância à abordagem que eles advogam. Isso exigirá que as agências governamentais nacionais, que podem empreender a elaboração de relatórios, estejam plenamente conscientes dos processos empreendidos em um âmbito local, o que pode envolver a reunião sistemática de evidências.

Os relatórios podem ser estruturados em torno dos seguintes tópicos-chave:

Reconhecimento da importância da biodiversidade nas políticas de turismo e vice-versa.
Nível de coordenação efetiva entre os ministérios e agências governamentais responsáveis pelo tu-

rismo, meio ambiente e planejamento e financiamento de empreendimentos sustentáveis.

Engajamento dos povos indígenas e das comunidades locais e das empresas interessadas no planejamento do turismo local e na tomada de decisões sobre os empreendimentos turísticos.

Existência de planos locais para o turismo que reflitam as questões relativas à biodiversidade.

Exigências de estudos de impacto dos projetos turísticos, o que inclui especificações para se determinar os impactos à biodiversidade.

Existência e cumprimento da legislação e das regulamentações pertinentes.

Uso de outras medidas de controle/gestão, incluindo instrumentos voluntários e econômicos.

Estratégia do setor de turismo para apoiar meios de subsistência locais sustentáveis e a conservação da biodiversidade.

Monitoramento regular dos impactos do turismo sobre a biodiversidade, e respostas pertinentes.

Disponibilidade de técnicas de gestão suficientes e capacidade para realizar estudos de impacto relevantes, além da disponibilidade de outros recursos para abordar questões e oportunidades relacionadas ao turismo e à biodiversidade.

Notas

- 1 Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (2004b), Diretrizes para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo: <http://www.cbd.int/doc/publications/tou-gdl-en.pdf>
- 2 Para orientações sobre a aplicação das Diretrizes, as Partes podem também consultar:
 - **Tourism For Nature and Development – a good practice guide**, um guia prático e curto para os decisores focados em desenvolvimento sustentável. <http://www.cbd.int/development/doc/cbd-good-practice-guide-tourism-booklet-web-en.pdf>
 - **The Biodiversity and Tourism Network**, uma plataforma da web criada para fomentar o diálogo entre os profissionais de turismo e para disseminar auxílios à implementação das Diretrizes, permitindo que agentes dos setores público e privado avaliem em que grau suas estratégias ou projetos seguem as Diretrizes da CDB por meio de uma pesquisa baseada em autoavaliação. <http://tourism.cbd.int/>
 - *Managing Tourism & Biodiversity - User's Manual on the CBD Guidelines on Biodiversity and Tourism Development*. <http://www.cbd.int/doc/programmes/tourism/tourism-manual-en.pdf>
- 3 Manual para a aplicação das Diretrizes da CDB para a Biodiversidade e o Desenvolvimento do Turismo. <http://www.cbd.int/tourism/doc/tourism-manual2015-en.pdf>
- 4 Programa de Turismo Sustentável do 10YFP/PNUMA. <http://www.unep.org/10yfp/Programmes/ProgrammeConsultationandCurrentStatus/Sustainabletourism/tabid/106269/Default.aspx>
- 5 Publicações da OMT sobre Desenvolvimento Sustentável do Turismo. <http://sdt.unwto.org/content/publications-22>
- 6 Publicações do PNUMA. <http://www.unep.org/publications>
- 7 A publicação *Tourism and Visitor Management in Protected Areas: Guidelines for Sustainability* (Leung Y-F et al., 2015) do Grupo TAPAS/IUCN contém extenso material sobre turismo e biodiversidade.
- 8 Grupo de Especialistas em Turismo da Comissão Mundial sobre Áreas Protegidas (WCPA, na sigla em inglês) da IUCN. http://www.iucn.org/about/work/programmes/gpap_home/gpap_capacity2/gpap_wcpacap/gpap_tourism
- 9 Programa Homem e Biosfera da UNESCO. <http://www.unesco.org/new/en/naturalsciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves>
- 10 Conjunto de Ferramentas do Programa de Turismo Sustentável em Sítios do Patrimônio Cultural da UNESCO. <http://unescost.cc.demo.faelix.net>
- 11 Programa de Turismo Sustentável em Sítios do Patrimônio Cultural da UNESCO. <http://whc.unesco.org/en/tourism>
- 12 PNUD, Concessões Turísticas em Áreas Naturais Protegidas: Diretrizes para os Gestores. http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/environment-energy/ecosystems_and_biodiversity/tourism-concessions-inprotected-natural-areas
- 13 IUCN, Definição da localização e do design de hotéis e resorts: princípios e estudos de caso para a conservação da biodiversidade. http://www.iucn.org/about/work/programmes/business/key_res/tourism_.cfm?uPubsID=4617
- 14 Critérios do Conselho Global para Turismo Sustentável. <http://www.gstcouncil.org/gstc-criteria/sustainable-tourism-gstc-criteria.html>
- 15 DestiNet, Portal de Informação de Redes de Contatos para Turismo Sustentável e Responsável. <http://destinet.eu/whowho/market-solutions/certificates/fol442810/quickfinder-gstc-certification/certification-programmes-worldwide>
- 16 PNUMA, Adaptações às Mudanças Climáticas e Mitigação no Setor de Turismo: Estruturas, Ferramentas e Práticas. <http://www.unep.fr/shared/publications/pdf/DTIx1047xPA-ClimateChange.pdf>
- 17 Mudanças Climáticas e as Respostas do Turismo aos Desafios Globais. <http://sdt.unwto.org/sites/all/files/docpdf/climate2008.pdf>
- 18 Mudanças Climáticas e as Políticas de Turismo nos Países da OCDE. <http://www.oecd.org/cfe/tourism/48681944.pdf>
- 19 Observações *in loco* da vida selvagem e Turismo – Um estudo dos benefícios e riscos de uma atividade turística em rápido crescimento e seus impactos sobre as espécies. http://www.cms.int/sites/default/files/document/ScC14_Inf_08_Wildlife_Watching_E_0.pdf
- 20 Convenção sobre Espécies Migratórias, 18º Encontro do Conselho Científico (2014), UNEP/CMS/ScC18/Doc.10.5. http://www.cms.int/sites/default/files/document/Doc_10_5_Boatbased_Wildlife_Watching_E.pdf
- 21 Secretariado da Convenção de Ramsar, 11º Encontro da Conferência das Partes para a Convenção sobre Zonas Úmidas. <http://www.ramsar.org/sites/default/files/documents/pdf/cop11/res/cop11-res07-e.pdf>

- 22 Convenção dos Cárpatos – Turismo Sustentável. <http://www.carpathianconvention.org/tourism.html>
- 23 OMT – Entendendo o Turismo: Glossário Básico. <http://media.unwto.org/en/content/understanding-tourism-basic-glossary>
- 24 Organização Mundial do Turismo, Fatos e Dados. <http://www.unwto.org/facts/menu.html>
- 25 Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, Panorama da Biodiversidade Global 4. <http://www.cbd.int/gbo4>
- 26 Adotado em 2010 na COP10 em Nagóia (Prefeitura de Aichi, Japão) pelas Partes para a CDB como um quadro internacional abrangente. <http://www.cbd.int/sp>
- 27 Um conjunto de 20 metas identificadas no Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020, relacionadas aos objetivos de abordar a causa da perda de biodiversidade, de reduzir a pressão sobre a biodiversidade e promover uma utilização sustentável, de melhorar a condição da biodiversidade, de acentuar os benefícios dela decorrentes e de reforçar seu processo de implementação. <http://www.cbd.int/sp/targets/>
- 28 *Walk on the Wild Side: Estimating the Global Magnitude of Visits to Protected Areas* (Balmford et al., 2015), PLOS Biology DOI:10.1371/journal.pbio.1002074
- 29 Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, Abordagem Ecosistêmica. <http://www.cbd.int/ecosystem/>
- 30 *Tornando o Turismo Mais Sustentável*, PNUMA e OMT, 2005.
- 31 Pagamentos por Serviços Ecosistêmicos: Dando os Primeiros Passos. http://www.unep.org/pdf/PaymentsForEcosystemServices_en.pdf
- 32 A Economia de Ecossistemas e da Biodiversidade (TEEB). <http://www.teebweb.org>
- 33 A Economia de Ecossistemas e da Biodiversidade (TEEB). Estudo de Escopo da Geórgia: Principais Resultados e Caminhos a Seguir (2013). <http://doc.teebweb.org/wp-content/uploads/2014/01/TEEBScoping-study-for-Georgia-main-findings7wayforward-2013.pdf>
- 34 Ver também *Tourism and Visitor Management in Protected Areas: Guidelines for Sustainability* (Leung Y-F et al., 2015), Capítulos 4 e 5.
- 35 Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020. <http://www.cbd.int/sp>
- 36 UNEP/CBD/COP/11/INF/52/Rev.1
- 37 Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 e as Metas de Aichi de Biodiversidade. <http://www.cbd.int/sp/targets>
- 38 Uma consideração completa das estruturas políticas nacionais e internacionais e das questões de governança do turismo e de áreas protegidas, incluindo referências às Diretrizes, podem ser encontradas em *Tourism and Visitor Management in Protected Areas: Guidelines for Sustainability* (Leung Y-F et al., 2015), Capítulo 3.
- 39 Uma cobertura mais detalhada da coordenação política e do engajamento intragovernamental está contida na publicação *Sustainable Tourism for Development* da OMT, 2013. <http://dtxqt4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/docpdf/devcoengfinal.pdf>
- 40 Inkaterra <http://www.inkaterra.com>
- 41 Diretrizes voluntárias adotadas pela Conferência das Partes para a Convenção sobre Diversidade Biológica em seu 7º encontro, em 2004, para a condução de estudos de impactos culturais, ambientais e sociais referentes a empreendimentos propostos dentro de, ou propensos a impactar, sítios sagrados ou terras e águas tradicionalmente ocupadas ou utilizadas pelos indígenas e pelas comunidades locais.
- 42 Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica (2004a), Diretrizes Voluntárias de Akwé: Kon para a Condução de Estudos de Impactos Culturais, Ambientais e Sociais referentes a empreendimentos propostos dentro de, ou propensos a impactar, sítios sagrados ou terras e águas tradicionalmente ocupadas ou utilizadas pelos indígenas e pelas comunidades locais. <http://www.cbd.int/doc/publications/akwe-brochure-en.pdf>
- 43 Uma Visão Compartilhada do Turismo no Parque Nacional Kakadu. <http://www.environment.gov.au/system/files/resources/296f549b-b7f6-402a-b283-61ea58e57db4/files/tourismbrochure-full.pdf>
- 44 Ver Borrini-Feyerabend et al. http://www.iucn.org/about/work/programmes/gpap_home/gpap_capacity2/gpap_bpg/?13678/Governanceof-Protected-Areas-From-understanding-toaction
- 45 Organização Mundial do Trabalho (2010a) *Juntando Forças – Processos Colaborativos para um Turismo Saudável e Competitivo*. <http://www.e-unwto.org/content/u01642/fulltext?p=3fc07e5cf4e84db0b95f442db5dd5271&pi=0#section=889992&page=1>
- 46 Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas. <http://www.european-charter.org/>
- 47 Observatórios Globais de Turismo Sustentável da OMT. <http://sdt.unwto.org/content/unwto-global-observatories-sustainabletourism-gost>
- 48 IBAT para pesquisa e planejamento da conservação. <https://www.ibat-alliance.org/ibat-conservation>
- 49 Essa abordagem é ainda detalhada no parágrafo 28 das Diretrizes.

- 50 O conceito de Áreas-Chave para a Biodiversidade está sendo adicionalmente desenvolvido e promovido pela IUCN e pela Birdlife International. <https://www.cbd.int/doc/meetings/sbstta/sbstta-17/information/sbstta17-inf-10-en.pdf>
- 51 Definido no parágrafo 22 das Diretrizes.
- 52 http://coast.iwlearn.org/en/copy_of_131021_coast_management_africa_UNIDO_wm.pdf
- 53 A identificação e a descrição de instrumentos específicos dessas cinco categorias são abordadas em detalhe na publicação Making Tourism More Sustainable da PNUMA e OMT, 2005.
- 54 Uma consideração detalhada dos modelos e das ferramentas de gestão e de monitoramento relacionados ao turismo em áreas protegidas pode ser encontrada em Tourism and Visitor Management in Protected Areas (Leung, Y-F et al., 2015), Capítulos 6-8.
- 55 <http://www.mauritiustourism.org/en/investirdans-le-tourisme/development-policy.html>
- 56 Compreendendo as ameaças, resolvendo conflitos e desenvolvendo soluções colaborativas na Área de Gestão Marinha de Soufriere e na Área de Gestão Marinha de Canaries e Anse La Raye nas Índias Ocidentais de Santa Lúcia. <http://www.smma.org.lc/finder/files/Project%20Reports/SMMA%202012%20ToT%20Follow%20Up%20Project%20Report.pdf>
- 57 Critérios do Conselho Global de Turismo Sustentável (GSTC). <http://www.gstcouncil.org/gstccriteria/sustainable-tourism-gstc-criteria.html>
- 58 Os critérios do GSTC foram incluídos em uma revisão dos requisitos relativos à biodiversidade dos padrões e programas de certificação conduzidos em oito setores (*Review of the Biodiversity Requirements of Standards and Certification Schemes*, Série Técnica, no. 63, PNUMA/Centro Mundial de Monitoramento da Conservação, 2011). Demonstrou-se que eles abrangem virtualmente todos os requisitos, com exceção da inclusão específica da abordagem “Sem Perda Resultante” (“No-Net Loss”)/“Impacto Resultante Positivo” (“Net positive effect”).
- 59 <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/2012-013.pdf>
- 60 <http://www.business-biodiversity.eu/global/download/%7BDYNBBCFUWF-1217201414757-QFOHBOEUVI%7D.pdf>
- 61 Reduzindo as ameaças do turismo à biodiversidade: Efeitos de um padrão voluntário de sustentabilidade e de um programa de treinamento em 106 empresas de turismo latino-americanas, 2015. Jeffrey C. Milder, Deanna Newsom, Claudine Sierra, Volker Bahn. <http://www.rainforest-alliance.org/tourism/certification>
- 62 Programa de Certificação de Turismo Sustentável (CTS). <http://www.turismo-sostenible.co.cr>
- 63 TO DO! Concurso Internacional de Turismo Socialmente Responsável. <http://www.todo-contest.org/>
- 64 Tourism For Tomorrow Awards da WWTC (World Travel & Tourism Council). <http://www.wttc.org/tourism-for-tomorrow-awards/>
- 65 World Responsible Tourism Awards <http://www.responsibletravel.com/awards/>
- 66 <http://www.cbd.int/tourism/doc/2rd-indigenous-tourism-biodiversity-website-award-en.pdf>
- 67 O projeto-modelo da Wildlife Conservation Society em Tmat Boey, Camboja (<http://www.samveasna.org/userfiles/file/WCSCaseStudyCambodia-ecotourism-Final.pdf>) e a Orquestra de Bambus em Mesomagor, Gana, (<http://www.mesomagor.org/bamboo/bamboo.html>), apoiada pela Dinamarca, Conservação Internacional, CILTAD/Agro e ICOMOS, são alguns exemplos de sistemas de incentivo comunitário para um turismo amigável à biodiversidade.
- 68 <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1481950>
- 69 Diretrizes da Agência de Cooperação Internacional do Japão para considerações ambientais e sociais. http://www.jica.go.jp/english/our_work/social_environmental/guideline/pdf/guideline100326.pdf
- 70 Padrão de Desempenho 6: Conservação da Biodiversidade e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais Vivos. http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/bff0a28049a790d6b835faa8c6a8312a/PS6_English_2012.pdf?MOD=AJPERES
- 71 PNUD, Concessões Turísticas em Áreas Naturais Protegidas: Diretrizes para os Gestores. <http://www.undp.org/content/dam/undp/library/Environment%20and%20Energy/biodiversity/UNDP%20Tourism%20Concessions%20in%20Protected%20Natural%20Areas%20LR.PDF>
- 72 O papel dos Incentivos Econômicos na Governança e na Gestão do Turismo Sustentável em Áreas Costeiras, Organização Mundial do Turismo em nome da COAST. <http://coast.iwlearn.org/en/baps-and-bats/Project-Formats/FinalEconomicIncentivesPaperCOASTUNWTO2013.pdf>
- 73 IBAT para Empresas. https://www.ibatforbusiness.org/ibat_and_your_business
- 74 Diretrizes Voluntárias para Estudos de Impacto que incluam a Biodiversidade. <https://www.cbd.int/doc/publications/cbd-ts-26-en.pdf>. Ver também a decisão VI/7, Parte A (1-24), a decisão atualizada VII/7, Parte A, e a VIII/28.
- 75 Decisão VII/16, Parte F, da COP7 da CDB

- 76 Biodiversidade marinha e costeira: diretrizes voluntárias revisadas para a consideração da biodiversidade em estudos de impactos ambientais e avaliações ambientais estratégicas nas áreas marinhas e costeiras, UNEP/CBD/COP/11/23. <http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-11/official/cop-11-23-en.pdf>
- 77 Buckley, R. *Standards and Thresholds for Impact Assessment, Environmental Protection in the European Union*, Volume 3, 2008, 205–215.
- 78 *Sustainable Tourism Governance and Management in Coastal Areas of Africa*, OMT, 2013.
- 79 *The role of international standard-setting bodies in coordinating EIA and environmental compliance and enforcement functions*, 2014.
- 80 Diretrizes para os Estudos de Impactos Ambientais (EIAs) do Setor de Turismo no Quênia. <http://www.dlist-asclme.org/sites/default/files/doclib/EIA%20Guidelines%20kenya.pdf>
- 81 Auditoria Ambiental do Projeto de Conservação e de Reuso Adaptável da Estação de Quarentena de North Head, 2011. <http://www.environment.nsw.gov.au/resources/parks/120851QSEnvAud.pdf>
- 82 Considerações específicas sobre ferramentas para financiamento sustentável de áreas protegidas por meio do turismo podem ser encontradas em *Tourism and Visitor Management in Protected Areas* (Leung, Y-F et al., 2015), Capítulo 10.
- 83 Pagamentos por Serviços Ecossistêmicos: Um Guia das Melhores Práticas. https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/200901/pb13932a-pesbestpractice-annexa-20130522.pdf
- 84 Plano de Gestão dos Visitantes de Fortuna Bay (2014). [http://www.sgisland.gs/index.php/\(d\)Visitor_Management_Plans?useskin=edu](http://www.sgisland.gs/index.php/(d)Visitor_Management_Plans?useskin=edu)
- 85 Informações para os Visitantes da Geórgia do Sul, 2014/2015. <http://www.sgisland.gs/download/visitors/Information%20for%20visitors%20to%20South%20Georgia%202014-15.pdf>
- 86 *Turismo e Redução da Pobreza: Recomendações de Ações*, OMT, 2004.
- 87 Orientações para capacitação ao turismo, inclusive para as comunidades, podem ser encontradas em *Tourism and Visitor Management in Protected Areas* (Leung, Y-F et al., 2015), Capítulo 9
- 88 Kabutours <http://www.kabutours.com/>
- 89 Indicadores de desenvolvimento sustentável para destinos turísticos. <http://www.e-unwto.org/content/x53g07/?p=c1a8815e60d44ea1b5e202bd799548f2&pi=0&hl=u>
- 90 Biodiversity Indicador Partnership – Conhecimentos Essenciais para ter Bons Indicadores de Biodiversidade. <http://www.bipindicators.net/LinkClick.aspx?fileticket=0ad-yu3VSg8%3d&tabid=38>
- 91 Isso é abordado também na Seção 4 deste Manual.
- 92 Parque Nacional de Yosemite (2014). Monitoramento da utilização do Parque pelos Visitantes e de seus impactos. <http://www.nps.gov/yose/naturescience/visitor-use-monitoring.htm>
- 93 Safári Noturno Nam Nern. <http://www.namet.org/namnern>
- 94 Secretariado da Convenção de Ramsar sobre Zonas Úmidas e Organização Mundial do Turismo (2012c). “Zonas Úmidas Turísticas: Apoiando o Turismo Sustentável”. http://archive.ramsar.org/pdf/cop11/tourism-publication/Ramsar_UNWTO_tourism_E_Sept2012.pdf
- 95 Secretariado da Convenção de Ramsar sobre Zonas Úmidas e Organização Mundial do Turismo (2012d), Estudos de Caso de Turismo em Zonas Úmidas. http://archive.ramsar.org/cda/en/ramsarwetlandtourismcasestudiestoc/main/ramsar/1%5E25719_4000_0_
- 96 Treinamento da OMT em Turismo e Biodiversidade. <http://biodiv.unwto.org/content/training-tourism-and-biodiversity-0>
- 97 Seminários de Turismo e Biodiversidade da OMT na Gâmbia. <http://www2.unwto.org/en/news/2013-05-14/gambia-training-seminar-tourism-and-biodiversity-23-25april-2013>
- 98 Seminários de Turismo e Biodiversidade da OMT na Tanzânia e em Gana. <http://step.unwto.org/news/2014-06-04/unwto-organizes-tourism-and-biodiversity-seminars-tanzania-andghana>
- 99 IUCN, Trabalhando com Empresas. http://www.iucn.org/about/work/programmes/business/bbp_work/by_sector/tourism/ecotourism/working_with_business/
- 100 Integrando Técnicas Empresariais às Operações de Ecoturismo. IUCN e Kuoni Group. <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/2012-032.pdf>
- 101 Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO). <http://www.funbio.org.br/o-que-fazemos/melhores-praticas-para-o-ecoturismo-mpe>
- 102 Seminário de Capacitação Regional em Nairobi, Quênia, de 21 a 23 de Maio de 2013. <http://step.unwto.org/news/2013-06-06/regional-capacitybuilding-seminar-nairobi-kenya-21-23may-2013>
- 103 Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica, Diretrizes de Diversidade para o Quinto Relatório Nacional. <https://www.cbd.int/reports/guidelines/default.shtml>
- 104 Há a oportunidade de incluir os temas de implementação de turismo e de biodiversidade como um tema transversal. Ver Apêndice III do Manual de Referência, p. 46. <https://www.cbd.int/doc/nr/nr-05/NR5-resource-manual-en.pdf>

Referências*

- Association of Hoteliers and Restaurants In Mauritius, Development Policy. <http://www.mauritiustourism.org/en/investir-dans-le-tourisme/development-policy.html>
- Baldwin, G. The role of international standard-setting bodies in coordinating EIA and environmental compliance and enforcement functions. Presentation to International Network for Environmental Compliance and Enforcement, Viña del Mar, Chile, 8 April 2014 [Online]. Available: http://www.iaia.org/conferences/iaia14/uploads/gbaldwin_inece_iaia_2014.pdf
- Brooks, S. and Bubb, P. (2014), Key Knowledge for Successful Biodiversity Indicators, Cambridge, UK, UNEP-WCMC. Available: <http://www.bipindicators.net/LinkClick.aspx?fileticket=0ad-yu3VSg8%3d&tabid=38>
- Buckley, R. (2008) Standards and Thresholds for Impact Assessment, Environmental Protection in the European Union, Volume 3, 2008, 205-215.
- Carpathian Convention – Sustainable Tourism. Available: <http://www.carpathianconvention.org/tourism.html>
- Cazaubon, N. (2012) Understanding threats, resolving conflicts and building collaborative solutions, in the Soufriere Marine Management Area (SMMA) and the Canaries & Anse La Raye Marine Management Area (CAMMA) in Saint Lucia West Indies. Soufriere Marine Management Association. Available: <http://www.smma.org.lc/finder/files/Project%20Reports/SMMA%202012%20ToT%20Follow%20Up%20Project%20Report.pdf>
- Certification for Sustainable Tourism (CST) Programme. Available: <http://www.turismo-sostenible.co.cr/en>
- Convention on Migratory Species, 18th Meeting of the Scientific Council (2014), UNEP/CMS/ScC18/Doc.10.5. Available: http://www.cms.int/sites/default/files/document/Doc_10_5_Boatbased_Wildlife_Watching_E.pdf
- Department of Environment, Food and Rural Affairs (2013), Payments for Ecosystem Services: A Best Practice Guide. Annex – Case Studies. London, United Kingdom. Available: https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/200901/pb13932a-pes-bestpractice-annexa-20130522.pdf
- DestiNet- KnowledgeNetworkingPortalforSustainable&Responsible Tourism. Available: <http://destinet.eu/who-who/market-solutions/certificates/fol442810/quickfinder-gstc-certification/certification-programmes-worldwide>
- Ecotrans, adelphi and Global Nature Fund (2014), The Integration of Biodiversity in CSR Processes in the Tourism Industry - Biodiversity Criteria for Tourism: Recommendations for Standards, Labels and Awards, Ecotrans, Saarbrücken. Available: <http://www.business-biodiversity.eu/global/download/%7BDYNBBCFUWF-1217201414757-QFOHBOEUVI%7D.pdf>
- European Charter for Sustainable Tourism in Protected Areas. Available: <http://www.european-charter.org/>
- Forest Trends, The Katoomba Group and UNEP (2008) Payments for Ecosystem Services—Getting Started: A Primer, Nairobi, UNEP Available: http://www.unep.org/pdf/PaymentsForEcosystemServices_en.pdf
- Global Sustainable Tourism Council (GSTC) Criteria. Available: <http://www.gstcouncil.org/gstc-criteria/sustainable-tourism-gstc-criteria.html>
- Government of Seychelles (2014), Fifth National Report to the United Nations Convention on Biological Diversity. Victoria, Republic of Seychelles Available: <http://www.cbd.int/doc/world/sc/sc-nr-05-en.pdf>
- Government of South Georgia and the South Sandwich Islands (2014), Fortuna Bay Visitor Management Plan (2014). Available: <http://www.sgisland.gs/download/VMP/2014/Fortuna.pdf> and [http://www.sgisland.gs/index.php/\(d\)Visitor_Management_Plans?useskin=edu](http://www.sgisland.gs/index.php/(d)Visitor_Management_Plans?useskin=edu)
- Government of South Georgia and the South Sandwich Islands (2014), Information for Visitors to South Georgia 2014/15. Available: <http://www.sgisland.gs/download/visitors/Information%20for%20visitors%20to%20South%20Georgia%202014-15.pdf>
- Graham A Brown & Associates (2011), North Head Quarantine Station Conservation and Adaptive Reuse Project Environmental Audit 2011. Available: <http://www.environment.nsw.gov.au/resources/parks/120851QSEnvAud.pdf>
- Integrated Biodiversity Assessment Tool (IBAT), IBAT for Research and Conservation Planning. Available: <https://www.ibat-alliance.org/ibat-conservation>
- Integrated Biodiversity Assessment Tool (IBAT), IBAT for Business. Available: https://www.ibatforbusiness.org/ibat_and_your_business
- Inkaterra. Available: <http://www.inkaterra.com>
- Inter-American Development Bank (2006), Environment and Safeguards Compliance Policy. Available: <http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1481950>
- International Finance Corporation (2012), Performance Standard 6: Biodiversity Conservation and Sustainable Management of Living Natural Resources [Online]. Available: http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/bff0a28049a790d6b835faa8c6a8312a/PS6_English_2012.pdf?MOD=AJPERES
- IUCN, World Commission On Protected Areas - Tourism Specialist Group. Available: http://www.iucn.org/about/work/programmes/gpap_home/gpap_capacity2/gpap_wcpacap/gpap_tourism
- IUCN (2007), Guidelines for applying the precautionary principle to biodiversity conservation and natural resource management, IUCN. Available: http://cmsdata.iucn.org/downloads/ln250507_ppguidelines.pdf
- IUCN (2012a), Integrating Business Skills into Ecotourism Operations. IUCN and Kuoni Group, Switzerland. Available: <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/2012-032.pdf>
- http://www.iucn.org/about/work/programmes/business/bbp_work/by_sector/tourism/ecotourism/working_with_business/
- IUCN (2012b), Siting and design of hotels and resorts: principles and case studies for biodiversity conservation, Gland, Switzerland. Available: <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/2012-013.pdf> and http://www.iucn.org/about/work/programmes/business/key_res/tourism_cfm?uPubsID=4617
- IUCN (2013), Global Protected Areas Programme, Governance of Protected Areas: from understanding to action. Available: http://www.iucn.org/about/work/programmes/gpap_home/gpap_capacity2/gpap_bpg/?13678/Governance-of-Protected-Areas-From-understanding-to-action
- IUCN (2014), A strategic approach on biodiversity: the what, why and how: A summary briefing for business, Gland, Switzerland. Available: http://cmsdata.iucn.org/downloads/iucn_a_strategic_approach_on_biodiversity_summary_briefing_for_business_web.pdf
- JICA (2010), Guidelines for environmental and social considerations. Available: http://www.jica.go.jp/english/our_work/social_environmental/guideline/pdf/guideline100326.pdf
- Kabu Tours. Available: <http://www.kabutours.com/>
- Leung, Y-F., A. Spenceley, G. Hvenegaard and R. Buckley (2015). Tourism and Visitor Management in Protected Areas: Guidelines towards sustainability. Best Practice Protected Area Guidelines Series, Gland, Switzerland, IUCN (unpublished).
- Langhammer, P.F., Bakarr, M.I., Bennun, L.A., Brooks, T.M., Clay, R.P., Darwall, W., De Silva, N., Edgar, G.J., Eken, G., Fishpool, L.D.C., 3

* Unless otherwise stated, all websites have been accessed on 14 April 2015.

- Fonseca, G.A.B. da, Foster, M.N., Knox, D.H., Matiku, P., Radford, E.A., Rodrigues, A.S.L., Salaman, P., Sechrest, W., and Tordoff, A.W. (2007). Identification and Gap Analysis of Key Biodiversity Areas: Targets for Comprehensive Protected Area Systems. Gland, Switzerland: IUCN. Available: <https://portals.iucn.org/library/efiles/documents/pag-015.pdf>
- Mesomagor Bamboo Orchestra, Ghana. Available: <http://www.mesomagor.org/bamboo/bamboo.html>
- Millennium Ecosystem Assessment (2005). Ecosystems and Human Well-being: Biodiversity Synthesis. World Resources Institute, Washington, DC. Available: <http://www.unep.org/maweb/documents/document.354.aspx.pdf>
- Ministry of Tourism and Wildlife (2007). Environmental Impact Assessment (EIA) Guidelines for the Tourism Sector in Kenya. Available: <http://www.dlist-asclme.org/sites/default/files/doclib/EIA%20Guidelines%20kenya.pdf>
- Morse, J., King, J. and Bartlett, J. (2005). A Shared Vision for Tourism in Kakadu National Park [Online]. Available: <http://www.environment.gov.au/system/files/resources/296f549b-b7f6-402a-b283-61ea58e57db4/files/tourism-brochure-full.pdf>
- OECD and United Nations Environment Programme, Climate Change and Tourism Policy in OECD Countries. Available: <http://www.oecd.org/cfe/tourism/48681944.pdf>
- Rainforest Alliance, Certification Services for Tourism Businesses. Available: <http://www.rainforest-alliance.org/tourism/certification>
- Secretariat of the Convention on Biological Diversity Guidelines for the Fifth National Report. Available: <https://www.cbd.int/reports/guidelines/default.shtml>
- Secretariat of the Convention on Biological Diversity Resource Manual for the Fifth National Report. Available: <https://www.cbd.int/nr5/resource-manual/default.shtml>
- Secretariat of the Convention on Biological Diversity Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020. Available: <http://www.cbd.int/sp>
- Secretariat of the Convention on Biological Diversity Strategic Plan for Biodiversity 2011-2020 and the Aichi Biodiversity Targets. Available: <http://www.cbd.int/sp/targets/>
- Secretariat of the Convention on Biological Diversity, Ecosystem Approach. Available: <http://www.cbd.int/ecosystem/>
- Secretariat of the Convention on Biological Diversity (2004a), Akwé: Kon Voluntary Guidelines for the Conduct of Cultural, Environmental and Social Impact Assessment regarding Developments Proposed to Take Place on, or which are Likely to Impact on, Sacred Sites and on Lands and Waters Traditionally Occupied or Used by Indigenous and Local Communities (CBD Guidelines Series), Montreal, Canada. Available: <http://www.cbd.int/doc/publications/akwe-brochure-en.pdf>
- Secretariat of the Convention on Biological Diversity. (2004b), Guidelines on Biodiversity and Tourism Development, Montreal, Secretariat of the Convention on Biological Diversity, Montreal, Canada. Available: <http://www.cbd.int/doc/publications/tou-gdl-en.pdf>
- Secretariat of the Convention on Biological Diversity, Netherlands Commission for Environmental Assessment (2006), Biodiversity in Impact Assessment, Background Document to CBD decision VIII/28: Voluntary Guidelines on Biodiversity-Inclusive Impact Assessment, Montreal, Canada. Available: <https://www.cbd.int/doc/publications/cbd-ts-26-en.pdf>
- Secretariat of the Convention on Biological Diversity. (2007), Managing Tourism and Biodiversity: User's Manual on the CBD Guidelines on Biodiversity and Tourism Development, Montreal, Secretariat of the Convention on Biological Diversity. Available: <http://www.cbd.int/doc/programmes/tourism/tourism-manual-en.pdf>
- Secretariat of the Convention on Biological Diversity. (2010), Second Indigenous Tourism and Biodiversity Website Award, Montreal, Canada. Available: <http://www.cbd.int/doc/programmes/tourism/tourism-manual-en.pdf>
- Secretariat of the Convention on Biological Diversity (2012a), Tourism and Biodiversity: Review of the Implementation of the Guidelines on Biodiversity and Tourism Development, UNEP/CBD/COP/11/INF/52/Rev.1. Available: <http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-11/information/cop-11-inf-52-rev1-en.pdf>
- Secretariat of the Convention on Biological Diversity (2012b), Marine and coastal biodiversity: revised voluntary guidelines for the consideration of biodiversity in environmental impact assessments and strategic environmental assessments in marine and coastal areas, UNEP/CBD/COP/11/23. Available: <http://www.cbd.int/doc/meetings/cop/cop-11/official/cop-11-23-en.pdf>
- Secretariat of the Convention on Biological Diversity (2013), Key Biodiversity Areas: Identifying Areas of Particular Importance for Biodiversity in Support of the Aichi Targets, UNEP/CBD/SBSTTA/17/INF/10, 10 October 2013. Available: <https://www.cbd.int/doc/meetings/sbstta/sbstta-17/information/sbstta-17-inf-10-en.pdf>
- Secretariat of the Convention on Biological Diversity (2014), Global Biodiversity Outlook 4. Montréal. Available: <http://www.cbd.int/gbo4/>
- Secretariat of the Ramsar Convention, 11th Meeting of the Conference of the Parties to the Convention on Wetlands - Resolution XI.7 - Tourism, recreation and wetlands (2012a). Available: <http://www.ramsar.org/sites/default/files/documents/pdf/cop11/res/cop11-res07-e.pdf>
- Secretariat of the Ramsar Convention (2012b), The Economics of Ecosystems and Biodiversity for Water and Wetlands - A Contribution to CBD COP11. Available: <http://www.wetlands.org/Portals/0/publications/Report/1209-UNEP-TEEBwater-Brochure-bd%20draft%20for%20CBD.pdf>
- Secretariat of the Ramsar Convention on Wetlands and World Tourism Organization (2012c), Destination wetlands: supporting sustainable tourism, Secretariat of the Ramsar Convention on Wetlands, Gland, Switzerland and World Tourism Organization (UNWTO), Madrid, Spain. Available: http://archive.ramsar.org/pdf/cop11/tourism-publication/Ramsar_UNWTO_tourism_E_Sept2012.pdf
- Secretariat of the Ramsar Convention on Wetlands and World Tourism Organization (2012d), Wetland Tourism Case Studies. Available: http://archive.ramsar.org/cda/en/ramsar-wetlandtourismcasesdiestoc/main/ramsar/1%5E25719_4000_0__
- Simpson, M.C., Gössling, S., Scott, D., Hall, C.M. and Gladin, E. (2008), Climate Change Adaptation and Mitigation in the Tourism Sector: Frameworks, Tools and Practices. UNEP, University of Oxford, UNWTO, WMO: Paris, France. Available: <http://www.unep.fr/shared/publications/pdf/DTIx1047xPA-ClimateChange.pdf>
- Styles, D., Schönberger, H., Galvez Martos, J.L. (2013), Best Environmental Management Practice in the Tourism Sector, Luxembourg, European Commission. Available: http://susproc.jrc.ec.europa.eu/activities/emas/documents/TOURISM_BP_REF_DOC_2012j.pdf
- The Economics of Ecosystems and Biodiversity (TEEB). Available: <http://www.teebweb.org>
- The Economics of Ecosystems and Biodiversity (TEEB) - an Interim Report, European Communities (2008). Available: http://www.teebweb.org/media/2008/05/TEEB-Interim-Report_English.pdf
- The Economics of Ecosystems and Biodiversity (TEEB) Scoping Study for Georgia: Main Findings and Way Forward (2013). Available: <http://www.teebweb.org/publication/teeb-scoping-study-for-georgia-main-findings-and-way-forward/>
- The Nam Nern Night Safari, Lao People's Democratic Republic. Available: <http://www.namet.org/namern>
- Thompson, A., Massyn, P.J., Pendry, J., Pastorelli, J. (2014), Tourism Concessions in Protected Natural Areas: Guidelines for Managers. United Nations Development Programme. Available: <http://www.undp.org/content/dam/undp/library/Environment%20and%20Energy/biodiversity/UNDP%20Tourism%20Concessions%20in%20Protected%20Natural%20Areas%20LR.PDF>
- Translinks - Promoting Transformations by Linking Nature, Wealth and Power - Case Study: Tmatboey Community-based Ecotourism Project, Cambodia (2008). Available: <http://>

- www.samveasna.org/userfiles/file/WCSCaseStudy-Cambodia-ecotourism-Final.pdf
- TO DO! International Contest Socially Responsible Tourism. Available: <http://www.todo-contest.org/>
- United Nations Development Programme, Tourism Concessions in Protected Natural Areas: Guidelines for Managers (2014). Available: http://www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/environment-energy/ecosystems_and_biodiversity/tourism-concessions-in-protected-natural-areas
- UNESCO - World Heritage and Sustainable Tourism Programme. Available: <http://whc.unesco.org/en/tourism>
- UNESCO - Ecological Sciences for Sustainable Development - Biosphere Reserves – Learning Sites for Sustainable Development. Available: <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/ecological-sciences/biosphere-reserves>
- UNESCO - World Heritage Sustainable Tourism Toolkit. Available: <http://unesco.tcc.demo.faelix.net/>
- United Nations Environment Programme - The 10YFP Programme on Sustainable Tourism. Available: <http://www.unep.org/10yfp/Programmes/ProgrammeConsultationandCurrentStatus/SustainableTourism/tabid/106269/Default.aspx>
- United Nations Environment Programme and World Tourism Organization (2005), Making Tourism More Sustainable: A Guide for Policy-Makers. Paris, UNEP. Available: <http://www.unep.fr/shared/publications/pdf/DT1x0592xPA-TourismPolicyEN.pdf>
- United Nations Environment Programme (2011), Tourism Chapter of the Green Economy Report, UNEP, Paris, France. Available: http://sdt.unwto.org/sites/all/files/pdf/11.0_tourism.pdf
- United Nations Environment Programme and World Conservation Monitoring Centre (2011). Review of the Biodiversity Requirements of Standards and Certification Schemes: A snapshot of current practices. Secretariat of the Convention on Biological Diversity, Montréal, Canada. Technical Series No. 63. Available: <http://www.cbd.int/doc/publications/cbd-ts-63-en.pdf>
- United Nations Environment Programme and e Secretariat of the Convention on the Conservation of Migratory Species of Wild Animals (CMS) (2011), Wildlife Watching and Tourism – A study on the benefits and risks of a fast growing tourism activity and its impacts on species. Available: http://www.cms.int/sites/default/files/document/ScC14_Inf_08_Wildlife_Watching_E_0.pdf
- United Nations Global Compact and IUCN (2012), A Framework for Corporate Action on Biodiversity and Ecosystem Services. United Nations Global Compact and IUCN. 2012. Available: <http://cmsdata.iucn.org/downloads/biodiversity2012.pdf>
- United Nations Environment Programme and World Tourism Organization (2012), Tourism in the Green Economy – Background Report, UNWTO, Madrid, Spain. Available: http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/ger_final_dec_2011/Tourism%20in%20the%20green_economy%20unwto_unep.pdf
- United Nations General Assembly, Resolution 69/233 on promotion of sustainable tourism, including ecotourism, for poverty eradication and environment protection, 19 December 2014. Available: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/69/233
- Walk on the Wild Side: Estimating the Global Magnitude of Visits to Protected Areas Balmford et al., 2015, PLOS Biology DOI:10.1371/journal.pbio.1002074
- World Responsible Tourism Awards. Available: <http://www.responsibletravel.com/awards/>
- World Tourism Organization, Facts and figures – Information, analysis and know-how. Available: <http://www.unwto.org/facts/menu.html>
- World Tourism Organization, Understanding Tourism: Basic Glossary. Available: <http://media.unwto.org/en/content/understanding-tourism-basic-glossary>
- World Tourism Organization (2004a), Indicators of sustainable development for tourism destinations, UNWTO, Madrid, Spain. Available: <http://sdt.unwto.org/en/content/indicators-sustainability-tourism-destinations> and <http://www.e-unwto.org/content/x53g07/?p=c1a8815e60d44ea1b5e202bd799548f2&pi=0&hl=u>
- World Tourism Organization (2004b), Tourism and Poverty Alleviation – Recommendations for Action, UNWTO, Madrid, Spain. Available: <http://www.e-unwto.org/content/g5m783/fulltext?p=f30b4e11169b468c9e077825e495ae15&pi=0#section=7091&page=1>
- World Tourism Organization (2004c), UNWTO Global Observatories on Sustainable Tourism (GOST). Available: <http://sdt.unwto.org/content/unwto-global-observatories-sustainable-tourism-gost>
- World Tourism Organization, United Nations Environment Programme and World Meteorological Organization (2008), Climate change and tourism: Responding to global challenges. UNWTO, UNEP and WMO, Paris and Madrid. Available: <http://sdt.unwto.org/sites/all/files/docpdf/climate2008.pdf>
- World Tourism Organization (2010a) Joining Forces – Collaborative Processes for Sustainable and Competitive Tourism, UNWTO, Madrid, Spain. Available: <http://www.e-unwto.org/content/u01642/fulltext?p=3fc07e5cf4e84db0b95f442db5dd5271&pi=0#section=889992&page=1>
- World Tourism Organization (2010b), Tourism and Biodiversity – Achieving Common Goals Towards Sustainability, UNWTO, Madrid, Spain.
- World Tourism Organization and Netherlands Development Organization (2010), Manual on Tourism and Poverty Alleviation – Practical Steps for Destinations, Madrid, UNWTO and SNV.
- World Tourism Organization (2011), Training on Tourism and Biodiversity. Available: <http://biiodiv.unwto.org/content/training-tourism-and-biodiversity-0>
- World Tourism Organization (2012), Challenges and Opportunities for Tourism Development in Small Island Developing States, UNWTO, Madrid, Spain.
- World Tourism Organization (2013a), Sustainable Tourism for Development Guidebook, UNWTO, Madrid, Spain. Available: <http://dtxqtq4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/docpdf/devcoengfinal.pdf>
- World Tourism Organization (2013b), Sustainable Tourism Governance and Management in Coastal Areas of Africa, UNWTO, Madrid, Spain. Available: http://coast.iwlearn.org/en/copy_of_131021_coast_management_africa_UNIDO_wm.pdf
- World Tourism Organization (2013c), The Role of Economic Incentives in the Governance and Management of Sustainable Tourism in Coastal Areas, World Tourism Organization on behalf of COAST. Available: <http://coast.iwlearn.org/en/baps-and-bats/Project-Formats/FinalEconomicIncentivesPaperCOASTUNWTO2013.pdf>
- World Tourism Organization (2013d), Tourism and Biodiversity seminars in Gambia. Available: <http://www2.unwto.org/en/news/2013-05-14/gambia-training-seminar-tourism-and-biodiversity-23-25-april-2013>
- World Tourism Organization (2014a), Tourism and Biodiversity seminars in Tanzania and Ghana. Available: <http://step.unwto.org/news/2014-06-04/unwto-organizes-tourism-and-biodiversity-seminars-tanzania-and-ghana>
- World Tourism Organization (2014b), Tourism Highlights 2014 Edition, UNWTO, Madrid, Spain. Available: <http://mkt.unwto.org/publication/unwto-tourism-highlights-2014-edition>
- World Travel & Tourism Council (WTTTC) Tourism For Tomorrow Awards Available: <http://www.wttc.org/tourism-for-tomorrow-awards/>
- Yosemite National Park (2014), Visitor use and impact monitoring. Available: <http://www.nps.gov/yose/naturescience/visitor-use-monitoring.htm>

PRINCIPAIS MENSAGENS E CONCLUSÕES

As Diretrizes da CDB para Biodiversidade e Desenvolvimento do Turismo, adotadas em 2004, continuam a proporcionar uma base para o ordenamento do território e a avaliação de projetos turísticos em ecossistemas vulneráveis. Este Manual do Usuário visa auxiliar os decisores na aplicação das Diretrizes ao integrar as preocupações com a biodiversidade e com os serviços ecossistêmicos ao desenvolvimento de um turismo sustentável. As principais mensagens e conclusões deste Manual são:

1

Uma abordagem **multissetorial** no planejamento e na gestão de um turismo sustentável é fundamental para se obter bons resultados. Isso pode envolver um organismo interministerial/interagências para a coordenação em vários níveis de governos (nacional, subnacional e local). O engajamento do setor privado é extremamente importante. As autoridades locais têm um papel particularmente relevante a desempenhar ao proporcionar liderança em conjunto com outros interesses de partes interessadas locais (por exemplo por meio de uma organização da gestão do destino).

2

A reunião de **informações de levantamento** é um elemento essencial para o planejamento, proporcionando uma base para a avaliação dos impactos, o estabelecimento de metas realistas, a orientação da implementação e da determinação dos indicadores para monitoramento.

3

O planejamento do turismo requer estratégias **coordenadas entre as autoridades locais, subnacionais e nacionais**. Os objetivos devem ser específicos, mensuráveis, factíveis e com prazos determinados. Os principais resultados de um processo de planejamento incluem a articulação da visão e das metas, a determinação dos tipos de turismo a serem apoiados, os modos e os meios de se abordar os impactos sobre a biodiversidade nos empreendimentos planejados, e a identificação de importantes limitações e oportunidades.

4

Uma gama de **ferramentas** pode ser usada para controlar e atenuar os impactos do turismo sobre a biodiversidade. **Regulamentações** podem ser adotadas, tais como padrões mínimos para construção/desativação, padrões operacionais, e medidas para controlar o movimento e as atividades dos visitantes. **Ferramentas voluntárias** podem ser implementadas, tais como padrões de produtos e destinos, sistemas de certificação, códigos de conduta e reconhecimento das melhores práticas por meio de premiações, por exemplo. Os **instrumentos econômicos** podem incluir penalidades para desencorajar investimentos e atividades ambientalmente prejudiciais, incentivos tais como concessões para operar em áreas protegidas, e incentivos indiretos como doações maiores, empréstimos e programas de microcrédito para o turismo sustentável por meio de entidades de financiamento multi e bilaterais.

5

Exige-se que os proponentes dos projetos forneçam **notificações** prévias completas e em tempo oportuno sobre os empreendimentos para todas as partes interessadas afetadas.

6

Estudos de impacto devem dar especial atenção aos povos indígenas e às comunidades locais, à volatilidade do mercado que pode impactar as receitas locais, a impactos cumulativos de múltiplos projetos sucessivos no local e à aplicação da abordagem ecossistêmica a uma paisagem mais abrangente.

7

Há um conjunto abrangente de abordagens e iniciativas de gestão que foram extensamente testadas para aumentar os benefícios à biodiversidade decorrentes do turismo. As Partes e os parceiros são encorajados a identificar aquelas mais apropriadas às suas necessidades e adaptá-las às suas realidades.

8

A gestão deve ser **adaptável**, para ser capaz de responder às incertezas. O **monitoramento e a elaboração de relatórios** devem ser feitos por meio de um processo participativo contínuo, incorporando o painel de indicadores para coleta de informações de levantamento e focando na mensuração dos resultados, das medidas administrativas e dos impactos dos resultados.

9

Agentes de certificação, ONGs, órgãos educacionais e outras entidades podem proporcionar **capacitação** e, juntamente com a mídia, **conscientizar** consumidores, povos indígenas e comunidades locais, governos, empresas e órgãos educacionais a respeito do turismo sustentável. O treinamento e a mobilização de recursos podem ajudar a capacitar os governos, as autoridades de áreas protegidas e outras partes interessadas.

10

A **elaboração voluntária e regular de relatórios para o Secretariado da CDB** sobre as melhores práticas e lições aprendidas por meio da plataforma Clearinghouse Mechanism é importante para apoiar a cooperação e facilitar a combinação entre ofertas e necessidades técnicas e científicas.

Secretariado da Convenção sobre Diversidade Biológica

World Trade Centre
413 St. Jacques Street, Suite 800
Montreal, Quebec, Canada H2Y 1N9

Telefone: +1 514 288 2220
Fax: +1 514 288 6588
E-mail: secretariat@cbd.int
Website: www.cbd.int